

# **A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR – DO BERÇO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Liliane Sousa Rafael

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DIREITO NA ÁREA DE CIÊNCIAS  
JURÍDICAS FORENSES SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA  
MARGARIDA LIMA REGO

Santarém

1 de Julho de 2015

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

# **A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR – DO BERÇO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O DIREITO A ALIMENTOS DOS MAIORES.**

Dissertação de Mestrado em Direito

Ciências Jurídicas Forenses

Orientadora: Professora Doutora Margarida Lima Rego

Liliane Sousa Rafael

Nº de aluna: 002109

Santarém

Ano lectivo 2014/2015

## **OBSERVAÇÃO**

O presente trabalho não se encontra redigido ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

## **AGRADECIMENTOS**

Uma vez aqui, cumpre-me agradecer humildemente a várias pessoas que contribuíram, cada um à sua maneira, para a feitura deste trabalho.

Aos meus familiares, por sempre terem acreditado em mim; em especial ao meu Pai, por tudo quanto não pôde fazer, apesar de querer, e à minha irmã, pelos momentos de desconstracção entre estudo.

À Ritinha, pela preciosidade que é e pelas vezes que abdicámos uma da outra.

Às minhas amigas Filipa, Francisca, Matilde e Marta, pela verdadeira amizade.

A todos os Professores inspiradores que tive a sorte de ter tido e que tornaram o Direito ainda mais interessante do que é por si só.

À Professora Doutora Margarida Lima Rego, orientadora, pelo apoio e disponibilidade manifestados e pela atenção e conselhos oferecidos, neste trabalho feito em dois tempos, em dois continentes.

*À minha Mãe, a mulher mais forte  
e sábia que já conheci na minha vida.*

*Ao João, pelas palavras de incentivo  
nos momentos de desânimo; pela  
paciência infinita.*

*A ambos, o meu sincero obrigado.*

## RESUMO

O direito a alimentos dos filhos maiores e a formação profissional têm um elo de ligação inegável à luz do artigo 1880 do Código Civil. No entanto, não fosse estar-se dentro de relações familiares, tal ligação não está isenta de controvérsias.

Num momento em que continuar a formação profissional se revela cada vez mais urgente, este tema, que deveria andar lado a lado, é, tantas vezes alvo de divergências, especialmente resultantes da interpretação da norma, pela larga margem de manobra que acarreta; e outras tantas, insuficiente aos principais interessados – os jovens que querem estudar.

Não obstante a imprecisão que grassa pelo artigo 1880, CC, este artigo revela a maior importância ao possibilitar aos jovens maiores e estudantes a continuação do seu percurso escolar, contando com a ajuda financeira por parte dos pais – a responsabilidade dos pais com o sustento dos filhos que deveria ter terminado com a maioridade, é estendida pelo artigo 1880, CC, mediante o preenchimento dos requisitos que comporta, mormente relacionados com a razoabilidade do que é requerido aos pais e com a duração temporal da educação superior em causa.

Isto é, entendendo-se que a maioridade não faz cessar a obrigação do dever de sustento dos filhos por parte dos pais, importa saber quanto os pais podem disponibilizar aos filhos, considerando os seus rendimentos e os do filho e as necessidades deste, o comportamento e a capacidade intelectual do filho enquanto estudante e a relação pai-filho; e, até quando incumbe tal sustento aos pais, atendendo às intempéries da vida e à dificuldade inerente ao curso e ainda ao prolongamento ou não do curso para lá da licenciatura, para que se estenda o dever de sustento por via do artigo 1880, CC.

Seja como for, a aplicação do artigo 1880, CC tem sempre como base uma análise casuística e como fundamento a insuficiência económica dos filhos para se bastarem a si mesmos em simultâneo com a vontade de prosseguir os estudos.

Palavras-chave: Direito a alimentos; Maioridade; Formação Profissional.

## **ABSTRACT**

There is an undeniable link between child support and scholarship, under article 1880 of the portuguese Civil Code. Of course, by being within family relationships, such link could not be out of controversy.

At a time when the continuation of studies is more and more urgent, this link between the two, is often subject of disputes, especially resultant from the interpretation of the law, due to the wide extension that it is entitle to; and many times is also insufficient to the most interested people – the youngsters that want to study.

Regardless of the imprecision that rules under article 1880 of the portuguese Civil Code, this article reveals a huge importance by enabling young adults and students to continue their studies, with the financial help from their parents - the responsibility of the parents with the support of their children should have ended by the time they have become legal adults, but it is extended by this article, once the criteria is filled, especially related to the reasonableness of what is required to the parents and the temporal duration of the education chosen.

That is, considering that reaching adulthood does not cease the duty of support from the parents, it is important to know how much can parents provide to their children, bearing in mind their income and the child's and his/her needs, behavior and the intellectual capacity of the child as a student and also the parent-child relationship; and, until when is such support due, taking in to account several circumstances of life and the difficulties inherent to the degree chosen and even the extension of the studies to a master or to a PhD degree that justifies the extension of the parent's duty.

Anyway, the application of article 1880 of the portuguese Civil Code is always based on a case by case analysis and on the economic insufficient of the youngsters to suffice themselves and the simultaneous desire to continue their studies.

**Keywords:** Child support; Legal adult; Scholarship.

## ÍNDICE

Introdução.....	11
-----------------	----

### CAPÍTULO I

#### A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

1. Origem.....	13
2. Finalidade(s)/fundamento.....	14
3. Noção e conteúdo.....	17
4. Natureza – questão controversa.....	21
5. Características.....	26
6. Início e cessação – regra geral.....	29
7. Medida.....	29

### CAPÍTULO II

#### A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS A FILHOS MAIORES

1. Noção de maioridade. Considerações.....	31
2. Início e cessação – regra especial.....	32

### CAPÍTULO III

#### O ARTIGO 1880 DO CÓDIGO CIVIL E A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS A FILHOS MAIORES

1. Análise das circunstâncias previstas no artigo 1880 do Código Civil.....	35
---	----



1.1. Pressupostos da obrigação de alimentos a filhos maiores e a formação profissional:

- i. A maioridade;.....37
- ii. A razoabilidade;.....42
- iii. A duração;.....53

1.2. Carência económica e prosseguimento dos estudos enquanto condição cumulativa – síntese; problemáticas.....61

Conclusões.....68

Declaração Anti-Plágio.....71

Bibliografia.....72

## LISTA DE ABREVIATURAS

al.	Alínea
als.	Alíneas
art.	Artigo
arts.	Artigos
CC	Código Civil
Cfr.	Conferir/confrontar
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CRP	Constituição da República Portuguesa
et al.	<i>entre outros</i>
n. °	Número
n. °s	Números
p.	Página
pp.	Páginas
s.l.	sine loco (sem local)
s.n.	sine nomine (sem nome da editora)
ss	e seguintes

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho incide sobre uma problemática do Direito da Família - especificamente o estudo da obrigação de alimentos a filhos maiores, no ordenamento jurídico português.

A obrigação de alimentos a filhos menores é algo adquirido na jurisprudência portuguesa; mas a mesma clarividência não se revela quando estão em causa filhos maiores.

Estabelece o Código Civil português que aos filhos maiores a obrigação de alimentos continua a ser devida caso ainda não tenham terminado a sua formação profissional, mas sob que condições?

A importância do tema é crescente na sociedade portuguesa, atendendo essencialmente a dois vectores: um cada vez maior número de divórcios e separações<sup>1</sup> que geram a obrigação alimentar advinda das relações de parentesco que se estabelecem e um cada vez maior número de pessoas que desejam continuar a sua formação escolar<sup>2</sup>.

Na verdade, o próprio artigo 1880 do Código Civil, ao determinar a obrigação de alimentos a filhos maiores, considerando que estes continuem a sua formação profissional, não estabelece critérios precisos subjacentes à atribuição de alimentos aos mesmos.

De facto, imperam os conceitos indeterminados e juntamente com estes proliferam as divergências jurisprudenciais na interpretação da norma, com todas as consequências que daí advenham.

Deste modo, o tema revela a maior importância no âmbito jurídico e social e consequentemente o intuito da elaboração do presente trabalho e pesquisa é alcançar linhas orientadoras que permitam indicar critérios uniformes que devam subjazer à apreciação e decisão dos tribunais na fixação da obrigação alimentar a filhos dependentes e maiores.

---

<sup>1</sup> Cfr. <http://www.pordata.pt/Portugal/N%C3%BAmero+de+div%C3%B3rcios+por+100+casamentos-531>.

<sup>2</sup> Cfr. <http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>.

Para tal, afigura-se necessário reflectir em geral acerca da origem, evolução e objectivos da obrigação de alimentos *tour court* e em especial acerca da obrigação de alimentos a filhos maiores.

Para além do referido, visa-se ainda que esta reflexão possa servir de caminho orientador para eventuais alterações legislativas que venham a ocorrer ou, pelo menos, que sirva para despertar a atenção para a arbitrariedade que possa emergir face a soluções jurisprudenciais construídas sobre critérios diferentes e parciais perante situações idênticas, constituindo uma eventual violação do princípio da igualdade perante a lei.

Começarei por expor algumas considerações básicas relacionadas com a obrigação de alimentos em si mesma – nomeadamente, referentes à sua origem, finalidade, características, duração e medida –, para que, posteriormente, possa focar-me no cerne da questão e desenvolver o tema com maior solidez: o direito aos alimentos dos filhos maiores e os pressupostos subjacentes à aplicação do artigo 1880, CC, pretendendo, deste modo, enquadrar as questões práticas relacionadas com a obrigação de alimentos, especificamente dirigida aos filhos maiores.

## CAPÍTULO I

### A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

No presente capítulo proponho-me a estudar aspectos basilares relacionados com a obrigação de alimentos em geral, de forma a evidenciar algumas das especificidades que tanto a caracterizam e diferenciam de outro tipo de obrigações.

#### 1. Origem.

A obrigação de alimentos tem como principal elemento fundador e que importa garantir acima de quaisquer outros, o direito à sobrevivência<sup>3</sup> que subjaz ao próprio direito à vida, consubstanciado no artigo 24 da Constituição da República Portuguesa.

De facto, parece-me evidente que o principal objectivo da obrigação de alimentos seja precisamente a possibilidade de garantir a sobrevivência de quem, por alguma razão, não é capaz de a garantir sozinho.

Os primórdios da obrigação de alimentos baseiam-se justamente no direito à vida, enquanto direito base que sustenta e justifica todos os outros direitos, pois sem vida não há fundamento para o exercício de outros direitos.

Neste sentido, referem precisamente GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA em comentário ao artigo 24, CRP: “O **direito à vida** (...) é o primeiro dos

---

<sup>3</sup> “A sobrevivência está entre os fundamentais direitos da pessoa humana e o crédito alimentar é o meio adequado para alcançar os recursos necessários à subsistência de quem não consegue prover a sua manutenção pessoal, em razão da idade, doença, incapacidade, impossibilidade ou ausência de trabalho.” - MADALENO, Rolf, “Alimentos e a Sua Configuração Atual” in TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado, RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (coordenadores), *Manual de Direito das Famílias e das Sucessões*, Belo Horizonte, Del Rey, 2008, p. 425.

direitos fundamentais constitucionalmente enunciados. É, logicamente, um direito prioritário, pois é condição de todos os outros direitos fundamentais”<sup>4</sup>.

E alertam também estes autores que o direito à vida se encontra umbilicalmente ligado a outros direitos que naturalmente subjazem à obrigação de alimentos, como sejam os direitos à dignidade da pessoa humana, ao desenvolvimento da personalidade, à integridade física e psíquica<sup>5</sup>.

## **2. Finalidade(s)/fundamento.**

Não obstante a garantia de sobrevivência constituir o principal móbil que sustenta a obrigação de alimentos, esta não é uma mera obrigação formal que impõe aos pais o pagamento de uma determinada quantia destinada a prover ao sustento e sobrevivência do seu filho.

Na verdade, não desconsiderando o facto de ter como base a relação de filiação subjacente à relação de parentesco entre pai/mãe-filho – por norma –, a obrigação de alimentos tem um fundamento específico assente na solidariedade que naturalmente existe entre seres que nutrem afecto ou consideração uns pelos outros.

Ora, aqui não importa apenas esta solidariedade associada aos seres enquanto estágio natural da vida em sociedade, enquanto característica dos seres humanos como seres gregários que são.

Aqui importa uma solidariedade mais específica, uma solidariedade que advém dos laços familiares, ainda mais forte daquela que emerge do ser humano enquanto ser

---

<sup>4</sup> GOMES CANOTILHO, J. J. e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I – artigos 1º a 107º, 4ª edição revista; reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 446.

<sup>5</sup> GOMES CANOTILHO, J. J. e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I – artigos 1º a 107º, 4ª edição revista; reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 448.

gregário, enquanto ser que necessita de viver em sociedade, de viver com os outros para sobreviver.

Este viver com os outros implica, por vezes, um viver para os outros; uma preocupação e atenção às necessidades dos outros; uma focagem no outro que substitui – ou, pelo menos, complementa – o egocentrismo e a auto-preocupação e põe de parte o individualismo puro que tantas vezes se sobrepõe.

Como refere MARCOS CATALAN, a “atenção às necessidades e anseios do outro é um aspecto importantíssimo para a continuidade e adequação das relações sociais. Por isso, ao fomentar a existência em sociedade, a solidariedade irradia efeitos na órbita do Direito”<sup>6</sup>.

Neste sentido, a par da solidariedade emergente da vida em sociedade, surge a solidariedade entre familiares. Esta solidariedade familiar, conjugada com o direito a uma vida condigna e à sobrevivência, encima o direito a alimentos, “direito fundado hodiernamente na responsabilidade perante o outro e, não mais, em premissas que impõem o dever de socorrer, ajudar ou ser caridoso”<sup>7</sup>.

Daqui se retira que o dever de prestar alimentos surge de um dever de cuidar dos outros, dever acrescido de importância quando se refere aos próprios filhos, quando se refere à necessidade de possibilitar uma vida o mais plena possível, de acordo com as capacidades económicas dos pais.

É precisamente neste aspecto que se articula a ligação entre o direito a alimentos e o direito à vida e a solidariedade que os sustenta: “a razão fundante dos alimentos é a

---

<sup>6</sup> CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012, pp. 48-49.

<sup>7</sup> CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012, p. 49.

necessidade de viabilizar o acesso à vida em sua plenitude e (...) esse aspecto decorre do dever de solidariedade”<sup>8</sup>.

Atribuindo ainda maior relevância a esta solidariedade que subjaz à obrigação dos pais em providenciar alimentos aos filhos, refere-se REMÉDIO MARQUES a um *princípio da solidariedade familiar*<sup>9</sup>, o qual remete para a responsabilidade de determinados parentes em prover e garantir a satisfação básica das responsabilidades que lhes incumbem eticamente – mas não só – pelo simples facto de serem parentes<sup>10</sup>.

E é precisamente este princípio que fundamenta que a obrigação de alimentos se mantenha mesmo após a maioridade dos filhos – preenchidos os requisitos que adiante analisarei<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012, pp. 48-49.

<sup>9</sup> REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 13.

<sup>10</sup> “El deber de prestar alimentos a ciertos parientes en caso de necesidad no es sólo un deber ético, sino que constituye una verdadera obligación jurídica que encuentra su fundamento en la solidaridad familiar, cuando uno de los familiares se encuentra en estado de necesidad y otros familiares (cónyuges, parientes en línea recta y hermanos) tienen medios económicos y/o personales para atender a la subsistencia del alimentista.” – MONDEJAR, M<sup>a</sup> Isabel Peña, “La obligación de Alimentos y Las Políticas de la Administración Española sobre la Protección de los Mayores y Dependientes” in *Revista Jurídica Universidad Autónoma de Madrid*, nº 14, 2006, p. 150-151.

<sup>11</sup> “Observe-se, ainda, que é o princípio da *solidariedade familiar* que explica os paliativos que o art. 1880.º do CC introduziu à *menoridade financeira* (na imprecisa expressão de G. CORNU) dos jovens maiores de 18 anos – que, a despeito de já não estarem sujeitos ao poder paternal, dependem economicamente e psicologicamente dos progenitores, pese embora não vivam, porventura, com estes – ao estender (...) a obrigação de sustento dos pais, *maxime* na vertente educacional.” – REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 19.



### 3. Noção e conteúdo.

Como já aclarado, o presente trabalho tem por objecto a obrigação de alimentos a filhos maiores.

Quanto à situação de estar em causa uma verdadeira obrigação de alimentos, importa mencionar as características inerentes às obrigações e socorrendo-me de MENEZES LEITÃO surgem as características mediação ou colaboração devida, relatividade e patrimonialidade<sup>12</sup>.

Quanto à mediação ou colaboração devida, esclarece o autor que “o credor não pode exercer directa e imediatamente o seu direito, necessitando da colaboração do devedor para obter a satisfação do seu interesse”<sup>13</sup>, isto é, entende-se a colaboração do devedor como a atitude devida para a satisfação da obrigação.

Menciona também como característica a relatividade da obrigação, na medida em que o direito de crédito em causa se constrói numa relação entre credor e devedor específicos, isto é, o crédito só pode ser exigido pelo titular do mesmo contra o sujeito paralelo que tenha o dever de o prestar, ou seja, as obrigações “só produzem efeitos *inter partes*”<sup>14</sup>.

Ora, sendo a própria maioria um aglomerado de complexidades, próprias de tudo quanto esta envolve – o desejo de uma maior independência e autonomia, frequentemente associadas a acontecimentos que sucedem precisamente nesta fase da

---

<sup>12</sup> Sobre a qual me debruçarei posteriormente.

<sup>13</sup> MENEZES LEITÃO, Luís Manuel de, *Direito das Obrigações*, Volume I – Introdução. Da Constituição das Obrigações., 11ª edição, Coimbra, Almedina, 2014, p. 86.

<sup>14</sup> MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito das Obrigações - Programa 2010/2011 Apontamentos*, 3ª edição, Lisboa, AAFDL, 2011, p. 36.

vida, como a obtenção do poder de voto, a aquisição do título de condução, o fim do ensino secundário e a integração no mercado de trabalho e/ou ingresso no ensino superior, a título meramente exemplificativo – não poderia a obrigação de alimentos destinada a filhos maiores de idade estar excluída de qualquer complexidade.

Neste cenário, considere prudente iniciar o estudo da questão com uma breve alusão à obrigação de alimentos aos filhos *tout court*<sup>15</sup>.

A obrigação de alimentos devida pelos pais aos filhos cabe na designação de *alimentos familiares*<sup>16</sup>, enquanto alimentos que surgem da ligação familiar que existe entre pais e filho.

Ligação familiar esta derivada da *relação de sangue* que surge do parentesco que relaciona os sujeitos uns com os outros: *são parentes as pessoas que descendem umas das outras ou procedem de progenitor comum*<sup>17</sup>.

Do largo espectro que a relação de parentesco abrange, interessa-me especialmente a relação de filiação, enquanto relação de maternidade e de paternidade que se estabelece entre pais e filhos e desta relação releva sobremaneira um dos principais efeitos do parentesco: a obrigação de alimentos que a lei impõe a determinados parentes, com enfoque nos pais em relação aos filhos<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Importa mencionar que todas as referências que serão feitas utilizando a expressão “pais” pretendem englobar de forma genérica os titulares das responsabilidades parentais, dado que nem sempre estes correspondem aos progenitores; faço-o por mera facilidade de expressão.

<sup>16</sup> Nas palavras de Remédio Marques, REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 7.

<sup>17</sup> GUILHERME DE OLIVEIRA e PEREIRA COELHO, Francisco, *Curso de Direito da Família*, Volume I - Introdução, Direito Matrimonial, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 41.

<sup>18</sup> É claro que aqui não se incluem apenas os filhos oriundos de gestação biológica, mas também os filhos que sejam adoptados, considerando que também a adopção é uma fonte das relações jurídicas familiares, como estabelece o artigo 1576, CC; ou que estejam dependentes de outros familiares, dado que a obrigação de alimentos não recai apenas sobre os pais, como é possível concluir pelo artigo 2009, CC.

Ora, quanto à noção de alimentos, refiro-me aqui à sua concepção ampla, enquanto expressão que engloba todos os “recursos necessários à promoção da vida, compreendida aqui na sua plenitude”<sup>19</sup> – como refere o artigo 2003, CC, envolvendo tudo o que se refira aos aspectos relacionados com a alimentação, saúde, habitação, vestuário, acesso à educação, essencialmente.

Este artigo refere-se no seu nº 2 à “instrução e educação do alimentado, **no caso de este ser menor**” [negrito meu]; no entanto, como adiante desenvolverei, o acesso ao saber e à continuação dos estudos não desaparece no caso de o alimentado – *in casu*, o filho – já não ser menor, sob pena de a instrução e educação dos filhos ficar negligenciada apenas pelo simples facto de os mesmos se terem tornado maiores pelo curso natural da vida.

Reportando agora a temática em causa numa vertente obrigacional, assinale-se que a base da relação jurídica por detrás da obrigação de alimentos “consiste no vínculo ou nexó que mediante ela se estabelece entre os seus dois lados, activo e passivo”<sup>20</sup> e aqui surge imediatamente o binómio que marca todas as obrigações: dever de prestar vs. direito de crédito.

Ora, a relação jurídica obrigacional é constituída por vários elementos, designadamente os sujeitos, o objecto, o facto jurídico e a garantia.

No que concerne aos sujeitos, estão em causa o credor – o alimentando – e o devedor – o obrigado a alimentos; *obrigacionalmente* falando, o credor “é a pessoa em proveito de quem terá de efectuar-se a prestação e que pode exigir ou pretender o seu

---

<sup>19</sup> CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012, p. 49.

<sup>20</sup> ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de, *Direito das Obrigações*, 12ª edição, Coimbra, Almedina, 2009, p. 149.

cumprimento” e o devedor “é a pessoa sobre quem recai o dever de realizá-la”<sup>21</sup>, constituindo estes, muito resumidamente, “as pessoas entre as quais se estabelece a relação obrigacional”<sup>22</sup>.

O objecto da relação, enquanto a prestação que está em causa na relação obrigacional, “ou seja o comportamento que o devedor está vinculado a adoptar em benefício do credor”<sup>23</sup>, será constituído pelos alimentos a serem prestados ao alimentando.

O facto jurídico, por sua vez, traduz-se na situação que origina e determina a obrigação, neste caso, a relação familiar que impõe aos pais os alimentos em prol da formação profissional dos filhos.

Por fim, a garantia, como o “conjunto de providências coercivas que o direito predispõe para tutela da posição do sujeito activo”<sup>24</sup>, representa a qualidade intrínseca às obrigações em geral, dado ser aplicável a qualquer obrigação. Este elemento revela-se da maior importância ao permitir que o credor reaja ao incumprimento da prestação devida pelo devedor, utilizando o seu património, por intermédio dos tribunais, consoante estabelece o artigo 817, CC.

Aglutinam-se assim o Direito da Família e o Direito das Obrigações: simplificadamente, a obrigação de alimentos devida pelos pais aos seus filhos não é mais do que um direito de crédito que os filhos têm face aos seus pais; sendo este crédito precisamente “um direito à prestação”, caracterizado “por necessitar da

---

<sup>21</sup> Nas palavras de ALMEIDA COSTA, ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de, *Direito das Obrigações*, 12ª edição, Coimbra, Almedina, 2009, p. 150.

<sup>22</sup> GALVÃO TELLES, Inocência, *Direito das Obrigações*, 7ª edição – reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, p. 35.

<sup>23</sup> MENEZES LEITÃO, Luís Manuel de, *Direito das Obrigações*, Volume I – Introdução. Da Constituição das Obrigações., 11ª edição, Coimbra, Almedina, 2014, p. 61.

<sup>24</sup> ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de, *Direito das Obrigações*, 12ª edição, Coimbra, Almedina, 2009, p. 154.

mediação ou colaboração do devedor para ser exercido”<sup>25</sup>, ou seja, é necessária a colaboração dos pais na prestação dos alimentos aos filhos, para que o direito que estes têm fique satisfeito.

A obrigação de alimentos é assim estruturalmente obrigacional, mas regulada pelo Direito da Família.

#### **4. Natureza – questão controversa.**

Tal como referi anteriormente, importa agora focar-me na característica da patrimonialidade da obrigação.

De facto, a obrigação de alimentos é também caracterizada por ser uma prestação de índole patrimonial, “sendo avaliável em dinheiro, uma vez que visa prover à satisfação de necessidades básicas do alimentando”<sup>26</sup> e ainda para corroborar tal característica, atente-se no artigo 2005, CC, que se refere à prestação dos alimentos preferencialmente em dinheiro.

Ora, é precisamente em relação à patrimonialidade que surge, por vezes, a controvérsia: uma questão que surge com alguma frequência na doutrina relaciona-se com a natureza da obrigação alimentar, isto é, saber se o crédito alimentar possui ou não carácter patrimonial.

Assim, por um lado, pode entender-se que o crédito alimentar possui carácter patrimonial, se se considerar que somente a natureza patrimonial da obrigação de alimentos justifica que seja juridicamente exigível; por outro, que o crédito alimentar não tem índole patrimonial, na medida em que a patrimonialidade não é um elemento indispensável para que algo possa ser juridicamente devido.

---

<sup>25</sup> MENEZES LEITÃO, Luís Manuel de, *Direito das Obrigações*, Volume I – Introdução. Da Constituição das Obrigações., 11ª edição, Coimbra, Almedina, 2014, p. 93.

<sup>26</sup> LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011, p. 12.

Na minha perspectiva, a obrigação alimentar reveste um carácter económico/monetário, dado que a mesma se revela cumprida – maioritariamente – através do pagamento de uma quantia monetária, mas não necessariamente patrimonial e faço minhas as palavras de MARCOS CATALAN: “(...) a prestação – mesmo no direito das obrigações –, não precisa ter por característica a patrimonialidade, bastando que o interesse em questão seja digno de tutela”<sup>27 28</sup>.

E reitera ainda PEDRO ROMANO MARTINEZ que o “interesse do credor, apesar de não ser a regra, pode não ter natureza patrimonial. Dir-se-á, então, que o carácter patrimonial é tendencial nas obrigações, desde que a prestação corresponda «a um interesse do credor, digno de protecção legal» (art. 398.º, n.º 2)<sup>29</sup>, ficando “assim consagrada a possibilidade de construir obrigações sem cariz patrimonial”<sup>30</sup>.

Ainda reforçando esta postura, importa atentar no aspecto imaterial que subjaz à obrigação de alimentos devida aos próprios filhos, pois esta obrigação alimentar que é devida pelos pais não é mais do que promover e possibilitar o desenvolvimento da personalidade dos filhos, manifestável em vários aspectos, e proporcionar-lhes uma vida o mais confortável possível dentro das circunstâncias.

---

<sup>27</sup> CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012, p. 50.

<sup>28</sup> Explicitando este conceito referem ANTUNES VARELA e PIRES DE LIMA: “Diz-se, intencionalmente, no entanto que a prestação deve corresponder a um interesse digno de protecção legal para significar, por um lado, que não são admissíveis prestações que visem satisfazer um mero capricho do credor e para excluir, por outro, as prestações que, podendo ser dignas embora da consideração de outros complexos normativos, como por exemplo a religião, a moral, a cortesia, os usos sociais, todavia não merecem a tutela específica do direito” – PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Volume I (Artigos 1.º a 761.º), 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 349.

<sup>29</sup> MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito das Obrigações - Programa 2010/2011 Apontamentos*, 3ª edição, Lisboa, AAFDL, 2011, p. 34.

<sup>30</sup> MENEZES LEITÃO, Luís Manuel de, *Direito das Obrigações*, Volume I – Introdução. Da Constituição das Obrigações., 11ª edição, Coimbra, Almedina, 2014, p. 85.

Mais, há que considerar as características associadas ao direito das obrigações, as quais são precisamente excepções no que concerne ao crédito alimentar devido pelos progenitores aos filhos, como a indisponibilidade, a irrenunciabilidade, a impenhorabilidade, tal como referem os artigos do CC referentes às obrigações em geral.

Ou seja, não obstante os alimentos serem – no sentido geral – *prestações de conteúdo patrimonial*<sup>31</sup>, tal qualidade não lhes faz pertencer a característica da patrimonialidade; *a patrimonialidade da prestação visa prover ao sustento o credor*<sup>32</sup> e refere-se à circunstância de serem avaliáveis em dinheiro, tão somente<sup>33</sup>.

Na verdade, “se o interesse for atendível, é lícita a constituição de uma obrigação sem conteúdo económico”<sup>34</sup> e, considerando que “a execução específica ou real pode abranger as coisas com simples valor estimativo (cartas, papéis, objectos com mero interesse pessoal ou familiar) e que a lei tende a admitir a indemnização pelos *danos morais*, nenhuma razão séria e nenhum obstáculo intransponível existe para que a lei não sancione as obrigações cuja prestação careça de valor pecuniário”<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 40.

<sup>32</sup> REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 40.

<sup>33</sup> Esclarece o n.º 2 do artigo 398, CC precisamente esta situação: “O n.º 2do artigo apenas exige que a prestação corresponda a um interesse, digno de tutela jurídica, e não o carácter patrimonial como elemento do conceito de obrigação.” – NETO, Abílio, *Código Civil Anotado*, 15ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, p. 332.

<sup>34</sup> PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Volume I (Artigos 1.º a 761.º), 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 348.

<sup>35</sup> PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Volume I (Artigos 1.º a 761.º), 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 349.

Assim, por mais monetária que se revele a obrigação alimentar, esta não se encontra associada com qualquer índole patrimonial: a quantia monetária funciona como um elemento que se distribui por várias necessidades a serem satisfeitas<sup>36</sup>, sob pena de o objectivo por detrás da obrigação alimentar ficar comprometido<sup>37</sup>.

Embora não se encontre forçosamente relacionado com o que tenho vindo a mencionar, entendo que uma passagem pelo artigo 250 do Código Penal não será totalmente descabida; mais não seja pelo louvável reforço da importância do cumprimento da obrigação de alimentos, ao serem reconhecidas consequências criminais, incluindo de eventual privação da liberdade – a mais dura das consequências penais – face ao incumprimento da mesma, concedendo assim ao alimentando uma maior garantia do seu direito a alimentos.

De facto, o incumprimento pontual do pagamento das prestações de alimentos devidas ao filho, **que estejam legalmente fixadas**, pode corresponder à prática de um crime, previsto e punido pelo artigo em apreço, especialmente se o incumprimento se revelar injustificado por parte do obrigado a alimentos.

A partir de uma leitura atenta deste artigo, é possível retirar que existem dois géneros de obrigações alimentares que se distinguem uma da outra pela situação de estarem ou não devidamente fixadas – daí o próprio artigo se dirigir a quem se encontre **“legalmente obrigado a prestar alimentos”** [negrito meu].

Isto é, o artigo 250, CP estabelece que apenas é crime a violação da obrigação de alimentos previamente fixada, sendo necessário que o direito a alimentos do filho esteja devidamente estabelecido, havendo assim um reconhecimento inegável – e

---

<sup>36</sup> CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012, p. 50: “O dinheiro ou a prestação equivalente atuam como instrumentos e, portanto, não podem ser utilizados como critérios de classificação dos alimentos”.

<sup>37</sup> CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012, p. 52: “(...) alimentar é nutrir, fazer parte, colaborar efectivamente com algo”.



irrecusável – do mesmo; antes desta fixação, a obrigação de alimentos que existe é muito delicada e sem contornos definidos, não sendo passível de pôr em prática o artigo 250, CP. Tanto assim é, que o artigo 386 do Código de Processo Civil estabelece precisamente que “Os alimentos são devidos a partir do 1º dia do mês subsequente à data da dedução do respectivo pedido”.

Ora, perante estes dois géneros de obrigações alimentares, pode questionar-se se as *obrigações* alimentares que não estejam devidamente fixadas poderão ser consideradas como verdadeiras obrigações ou se o facto de não o estarem importa que inexistam um dever de prestar.

Na minha óptica, entendo que as prestações alimentares que não se encontrem legalmente fixadas não deixam de constituir verdadeiras obrigações, cujo cumprimento se revela tão imperioso cumprir como o das prestações alimentares legitimamente fixadas, pois ambas se alicerçam em igual fundamento: garantir o sustento e a sobrevivência do filho maior; fundamento este que urge garantir independentemente da vagueza que possa caracterizar a obrigação alimentar não previamente fixada.

Não obstante, entendo que os dois géneros de obrigações se distingam quanto à consequência da sua falta de cumprimento: enquanto o incumprimento das obrigações legalmente fixadas pode conduzir à privação da liberdade do obrigado a alimentos; o incumprimento das obrigações não fixadas não assume qualquer consequência penal, tendo assim uma garantia de eficácia muito menor<sup>38</sup>.

Atribui-se assim dignidade penal ao bem jurídico vida do alimentando, conquanto as prestações alimentares a que tem direito sejam legitimamente fixadas<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Não desconsiderando eventuais consequências civis, mormente constantes dos artigos 798 e ss, CC.

<sup>39</sup> “A previsão do nº 1 do art.º 250.º do CP apenas exige que a obrigação de alimentos seja legal, ou seja, que resulte da lei. Não impõe que a obrigação tenha que ter sido assumida por acordo, embora possa tê-lo sido, nem que tenha sido fixada por sentença judicial” – GOMES DE MELO, Helena, RAPOSO, João Vasconcelos [et al.], *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, Lisboa, Quid Juris, 2009, p. 102.

## 5. Características da obrigação de alimentos.

A presente secção trata das características da obrigação de alimentos que interessa ao caso.

Como é sabido, a obrigação de alimentos não se destina somente aos filhos; existem muitas outras ligações que implicam e sustentam a obrigação de providenciar alimentos a outrem.

Neste caso, estão em casa **alimentos legais**, na estrita medida em que “é a própria lei que impõe a prestação de alimentos”<sup>40</sup>, como é possível retirar da letra do artigo 1880, CC.

Ainda neste cenário, estes alimentos legais são devidos *iure sanguinis*<sup>41</sup>, dada a ligação sanguínea que existe entre progenitor e filho.

E como refere ROLF MADALENO, a “obrigação alimentar carrega características destoantes das demais obrigações civis, por sua natureza especial, vinculada à vida”<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> DELGADO, Abel Pereira, *Do Divórcio e Da Separação Judicial de Pessoas e Bens*, Coimbra, Atlântida Editora, 1971, p. 200.

<sup>41</sup> REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 7.

<sup>42</sup> MADALENO, Rolf, “Alimentos e a Sua Configuração Atual” in TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado e RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (coordenadores), *Manual de Direito das Famílias e das Sucessões*, Belo Horizonte, Del Rey; Mandamentos, 2008, p. 429.

Referindo-me agora ao direito de crédito que os filhos têm sobre os pais, este possui algumas características próprias que considero importante mencionar, recolhidas da leitura de vários manuais<sup>43</sup>.

Assim, a obrigação de alimentos tem um carácter **pessoal**, na medida em que se caracteriza por ter um devedor e um credor da prestação específicos, não podendo ser provida por outro ou destinar-se a outro indivíduo diferente e cessa com o falecimento do obrigado a alimentos ou do alimentado; na medida em que os herdeiros do devedor de alimentos podem não ter capacidades financeiras para prestar os alimentos por ele e que se destina a satisfazer as suas necessidades e as de nenhum outro e **revisível**, dado que os alimentos são estabelecidos em função das possibilidades do devedor e das necessidades do credor e estas são susceptíveis de ser alteradas com o passar do tempo.

A obrigação de alimentos é **indisponível**, na medida em que o direito a alimentos não é passível de ser renegado ou abdicado, “podendo no entanto deixar de ser pedidos e renunciar-se às prestações vencidas”<sup>44</sup>, conforme ao artigo 2008, nº 1, CC, pois tem por fim fazer face a necessidades que têm como último intuito a conservação da vida da pessoa em causa – uma necessidade irrenunciável e um direito inalienável; e assim a irrenunciabilidade surge aqui na sua vertente de irrenunciável e intransmissível e intransível.

O direito a alimentos é **impenhorável**, significando basicamente que não é possível penhorar o crédito a alimentos e é **incompensável**, no sentido em que o obrigado a alimentos não pode desobrigar-se de prestar alimentos por meio de compensação, consoante o artigo 2008, nº 2, CC.

---

<sup>43</sup> Com especial enfoque: CASTRO MENDES, João de, *Direito da Família*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 24 e ss; LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 12 e ss; SANTOS, Eduardo dos, *Direito da Família*, Coimbra, Almedina, 1999, p. 643; ZARRALUQUI, Luiz Sanchez-Eznarriaga, *Derecho de Familia y de La Persona*, Volume 3, Barcelona, Bosch, 2007, pp. 769 e ss.

<sup>44</sup> RAMIÃO, Tomé d’Almeida, *O Divórcio e Questões Conexas – Regime Jurídico Atual*, 3ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2011, p. 97.

Por sua vez, a **actualidade** do direito a alimentos refere-se ao momento em que a prestação é devida, pois esta deve corresponder às possibilidades do obrigado a alimentos e às necessidades do alimentando, como refere o artigo 2004, n.º 1, CC; neste sentido, tomando em consideração que os alimentos se destinam à sobrevivência actual e futura do alimentando, entendo que não haja justificação jurídica para pedir alimentos retroactivamente.

Mais, está em causa um direito **imprescritível**, dado que se trata de algo indisponível e que está sujeito a necessidades diárias do alimentando, como é verificável a partir do artigo 318, al. b), CC.

A **variabilidade** da obrigação de alimentos refere-se ao facto de os alimentos a prestar não serem estanques, mas adaptáveis às eventuais mutações que ocorram em relação às circunstâncias originárias, consoante o artigo 2012, CC, isto é, se as circunstâncias se alterarem, os alimentos também se alteram – os alimentos a prestar são variáveis consoante as necessidades do alimentando e as possibilidades do obrigado a alimentos, o que significa que uma vez concretizado o direito de crédito este já não é alvo de variações, mas é possível exigir-se uma quantia diversa da originalmente fixada ao devedor.

A **garantia** da obrigação de alimentos significa que o “credor de alimentos beneficia de hipoteca legal sobre os bens do devedor”<sup>45</sup>, refere o artigo 705, al. d), CC, isto é, ao credor é dada protecção da lei, permitindo-lhe que exerça o seu direito, *garantindo-lhe* o mesmo. Já acima me expressei acerca da garantia geral que pertence a todos os credores e que é aplicável ao credor de alimentos por força do direito de crédito que possui e consiste, resumidamente, na possibilidade de o credor concretizar o seu direito de crédito “à custa do património do devedor”<sup>46</sup>.

As prestações de alimentos vencidas **prescrevem** no prazo de cinco anos, conforme o artigo 310, al.f), CC.

---

<sup>45</sup> RAMIÃO, Tomé d’Almeida, *O Divórcio e Questões Conexas – Regime Jurídico Atual*, 3ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2001, p. 97.

<sup>46</sup> GALVÃO TELLES, Inocêncio, *Direito das Obrigações*, 7ª edição – reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, p. 48.

A obrigação de alimentos tem também um carácter **periódico**, na medida em que é renovável sucessiva e diacronicamente, tendo um carácter duradouro e de execução contínua.

Por fim, é também caracterizada pela **exigibilidade**, dado que se vence a partir da propositura da acção, nos termos do artigo 2006, CC e é marcada pela sua **indefinibilidade**, na medida em que se mantém enquanto se mantiverem as necessidades que justificaram a sua origem.

## 6. Início e cessação da obrigação de alimentos - regra geral.

A obrigação de alimentos está inserida dentro do largo espectro das responsabilidades que incumbem aos pais.

Logicamente que a obrigação de alimentos se inicia desde o nascimento dos filhos e se mantém, regra geral, até que o filho atinja a maioridade.

No entanto, como já enunciado, tal não se sucede assim necessariamente.

Utilizando as palavras de REMÉDIO MARQUES para rematar e desenvolver posteriormente: “Sendo o *menor* credor das prestações incluídas no conteúdo do dever de assistência que os pais devem aos filhos (...) é, em princípio, uma obrigação *temporalmente limitada*, uma vez que se extingue, por via de regra, com a maioridade, **salvo se este ainda não houver completado a sua formação profissional**<sup>47</sup>”.

## 7. Medida da obrigação de alimentos.

---

<sup>47</sup> REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 7.

Por medida da obrigação de alimentos quer saber-se qual o alcance do suporte e apoio que incumbe aos pais prestar aos filhos.

A isto refere-se precisamente o artigo 2004, nº1, CC: “Os alimentos serão proporcionados aos meios daquele que houver de prestá-los e à necessidade daquele que houver de recebê-los”.

Referem GUILHERME DE OLIVEIRA e PEREIRA COELHO de forma simples e sem margem para dúvidas que considerando “a intenção básica do direito a alimentos – o seu objectivo de prestar um socorro que atinja um mínimo decente – o tribunal deve ponderar as possibilidades do obrigado e as necessidades do credor, e é claro que essa ponderação tem de ser feita em concreto”<sup>48</sup>.

Isto é, o alcance dos alimentos a prestar aos filhos será sempre de acordo com o credor e com o devedor em causa, não sendo algo pré-estabelecido e indiferente às situações de cada um, mas estabelecido casuisticamente.

---

<sup>48</sup> GUILHERME DE OLIVEIRA, e PEREIRA COELHO, Francisco, *Curso de Direito da Família – Introdução; Direito Matrimonial*, Volume I, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 698.

## **CAPÍTULO II**

### **A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS A FILHOS MAIORES**

No capítulo que se segue tenciono abordar o tema da obrigação de alimentos, com especial enfoque nas questões relativas aos filhos maiores, procurando averiguar os efeitos que a maioridade pode fazer – ou não – repercutir na obrigação de alimentos devida pelos progenitores.

#### **1. Noção. Considerações.**

Atentando no artigo 122, CC é possível retirar que a maioridade se atinge quando se completa dezoito anos de idade.

A isto refere-se precisamente ANA SOFIA GOMES ao dizer: “A maioridade alcança-se assim, aos dezoito anos de idade, o que significa que ao completar essa idade, o menor passa para todos os efeitos legais, a ser tratado como um cidadão no pleno uso de todas as suas capacidades”<sup>49</sup>.

No entanto, o facto de o maior se encontrar agora no pleno uso de todas as suas capacidades não significa que o seu uso lhe garanta uma autonomia e independência plenas e é aqui que entra em cena o artigo 1880, CC prevendo precisamente a continuação/manutenção das responsabilidades parentais após ser atingida a maioridade dos filhos, isto é, após os jovens completarem dezoito anos de idade, os pais não ficam imunes das responsabilidades parentais: os pais continuam a contribuir economicamente para o sustento dos seus filhos, dadas determinadas circunstâncias.

A maioridade não elimina assim automaticamente a dependência dos filhos em relação aos pais; pelo contrário: na maior parte dos casos, completar os dezoito anos de idade envolve uma fase em que cada vez mais jovens procuram continuar e avançar nos

---

<sup>49</sup> GOMES, Ana Sofia, *Responsabilidades Parentais*, Lisboa, Quid Juris, 2009, p. 14.

estudos, em busca de um futuro com alguma qualidade, ou pelo menos, segurança. Mais, na maior parte dos casos, prosseguir nos estudos acarreta um envolvimento económico hercúleo por parte dos pais, sem o qual, prosseguir os estudos poderia mesmo não ser sequer uma opção viável para os filhos.

Como refere RITA LOBO XAXIER, assiste-se assim a um “adiamento da entrada dos jovens na vida adulta” em parte devido à vontade (necessidade?) [acrescento meu] de prosseguir os estudos”; e neste sentido continua a mesma autora “o alargamento do período de escolaridade obrigatória e os altos níveis de competitividade têm feito aumentar a duração do período formativo e a necessidade de aquisição de graus académicos superiores (...): **a maioria dos jovens continua a viver em casa dos pais, não exercendo uma actividade profissional remunerada e prosseguindo os seus estudos.**”<sup>50</sup> [negrito meu].

Mais, refere ainda RITA LOBO XAVIER que “**As despesas dos pais com os filhos depois da maioridade não diminuem, serão até cada vez maiores**”<sup>51</sup>, o que implica automaticamente que a autonomia dos filhos em relação aos pais fique extremamente dificultada e postergada para tempos vindouros.

## 2. Início e cessação – regra especial.

Como já mencionei, a obrigação de alimentos não termina assim tão simplesmente com o completar dos dezoito anos – o artigo 1880, CC não o permitiria. E justificadamente, dado que a maioridade é frequentemente “caracterizada pela falta de autonomia de vida e dependência económica na idade adulta, que os obriga a reclamar

---

<sup>50</sup> XAVIER, Rita Lobo, “Falta de Autonomia de Vida e Dependência Económica dos Jovens: Uma Carga para as Mães Separadas ou Divorciadas?”, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 6, Nº 12, 2009, p. 16.

<sup>51</sup> XAVIER, Rita Lobo, “Falta de Autonomia de Vida e Dependência Económica dos Jovens: Uma Carga para as Mães Separadas ou Divorciadas?”, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 6, Nº 12, 2009, p. 16.



dos pais o sustento e o dinheiro “de bolso”, inclusivamente depois do termo da sua formação académica ou profissional”<sup>52</sup>.

Neste cenário, refere REMÉDIO MARQUES que a obrigação alimentar que, por norma, cessaria com o fim da menoridade, se prolonga até que o filho complete a sua formação profissional: “Só nesse momento se dá a sua cessação, e desde que o filho maior não careça de alimentos”<sup>53</sup>.

Nem faria sentido de outro modo. As causas da cessação da obrigação alimentar estão expressamente previstas no artigo 2013, CC e em nenhuma daquelas consta a maioridade como causa de cessação, o que reforça a não cessação automática da obrigação de alimentos com o fim da menoridade.

A cessação deverá assim ser judicialmente requerida, cabendo ao obrigado a alimentos o ónus da prova de um dos motivos expressos no artigo 2013, CC e uma vez verificado, fará o tribunal cessar tal obrigação.

---

<sup>52</sup> XAVIER, Rita Lobo, “Falta de Autonomia de Vida e Dependência Económica dos Jovens: Uma Carga para as Mães Separadas ou Divorciadas?”, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 6, Nº 12, 2009, p. 17.

<sup>53</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 333.

### **CAPÍTULO III**

## **O ARTIGO 1880 DO CÓDIGO CIVIL E A OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS A FILHOS MAIORES**

É certo e sabido que os pais têm o dever de sustentar os filhos enquanto conteúdo das responsabilidades parentais que lhes incumbem pelo simples facto de serem os seus pais.

Assim estabelece o artigo 2003, CC ao referir-se à obrigação de os pais proverem ao sustento dos filhos em tudo o que comporte as necessidades normais da vida dos filhos e ainda à instrução e educação dos mesmos, no caso de estes serem menores.

Todavia, como já referido, tal circunstância associada à instrução e educação dos filhos não é assim tão linear quanto parece transparecer do artigo.

É verdade que os pais não se encontram mais onerados de satisfazer as mencionadas necessidades quando os filhos se encontrem numa situação em que são capazes de as satisfazer por si mesmos, como estabelece o artigo 1879, CC.

E seria de crer que atingir a maioridade corresponderia a um momento em que os filhos estariam em condições de suportar as suas próprias despesas. Mas e quando assim não seja? Quando os filhos não se encontrem munidos de todas as ferramentas para viver autonomamente, pagando as suas próprias despesas? Quando os filhos não começarem a trabalhar atingida a maioridade? Quando os filhos desejarem prosseguir os seus estudos, em busca de uma vida com alguma qualidade e segurança?

Aqui não é menos verdade que atingindo o filho a maioridade<sup>54</sup> e prosseguindo a sua formação académica, cabe aos pais a obrigação prevista no artigo 1880, CC, especificamente atinente à educação: proporcionar aos filhos a possibilidade de

---

<sup>54</sup> O artigo 1880 do Código Civil refere-se à emancipação dos filhos como circunstância com efeitos equivalentes à maioridade; no meu estudo focar-me-ei apenas na maioridade dos filhos e não na situação de estes serem emancipados.

continuarem os seus estudos, em medida razoável e pelo tempo normalmente requerido para a finalização da formação.

No fundo, as responsabilidades parentais que em princípio teriam terminado com a maioridade dos filhos são, de certo modo, *prolongadas* pelo artigo 1880, CC, o qual “estende de forma especial aos pais, relativamente aos seus filhos maiores ou emancipados, algumas das obrigações que se enquadram nas responsabilidades parentais referidas no artº 1880º, nº 1 do mesmo diploma legal”<sup>55</sup>, sendo precisamente a obrigação de alimentos uma daquelas.

## **1. Análise das circunstâncias previstas no artigo 1880 do Código Civil**

### **1.1. Pressupostos da obrigação de alimentos a filhos maiores e a formação profissional.**

Reproduzindo agora a letra do artigo 1880, CC pode ler-se que “Se no momento em que atingir a maioridade ou for emancipado o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação a que se refere o artigo anterior na medida em que seja razoável exigir aos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete”.

Ora, este artigo, mau grado ter sido introduzido pela Reforma de 1977<sup>56</sup>, continua ainda – passados cerca de 40 anos – a suscitar dúvidas em relação à sua aplicação.

O que, de qualquer modo, não lhe retira a importância que tem, sendo de louvar a atenção do legislador na criação do artigo face à realidade social que esteve na base da sua origem e que se concretiza cada vez mais: “como sejam o crescimento acentuado do

---

<sup>55</sup> LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011, p. 47.

<sup>56</sup> Atente-se no Decreto-Lei nº 496/77, de 25 de Novembro.

nº de alunos que frequentam o ensino superior, o aumento de duração de alguns dos cursos desse escalão de ensino e, por fim, a necessidade de frequência de estágios que a formação profissional correspondente a alguns desses cursos exige”<sup>57</sup>.

Neste cenário, esmiuçando atentamente o artigo em causa, entendo que existam os seguintes pressupostos relativos à obrigação de alimentos a filhos maiores e que passo a expor esquematicamente.

Permanece a obrigação de os pais proverem ao sustento dos filhos, mesmo após a sua maioridade, preenchidas as seguintes condições:

**i) os filhos não terem terminado a sua formação profissional aquando do seu décimo oitavo aniversário, isto é, atingida a maioridade;**

**ii) aos pais ser razoável exigir o cumprimento de tal obrigação;**

**iii) os filhos completarem a sua formação profissional cumprindo a duração normal do curso que tenham escolhido.**

De uma leitura atenta e aprofundada surgem imediatamente questões basilares: o que se considera uma exigência razoável aos pais? Com base em que critérios se determina a dita razoabilidade? E se o filho, por algum motivo, não conseguir terminar o curso dentro do tempo normalmente requerido?

Percebe-se assim que se está perante uma disposição vaga da lei e consequentemente surgem divergências na aplicação da mesma; disponho-me pois a analisar de perto a referida norma, baseando-me em jurisprudência vária e considerações de vários autores e também próprias, de modo a apreender o que entendem os tribunais e a doutrina portugueses sobre o assunto.

Ora, não obstante a imprecisão da norma, entendo que faça todo o sentido existir tal preceito, mais não seja porque “são frequentes os casos em que aos 18 anos ainda se

---

<sup>57</sup> PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Volume V (Artigos 1796.º a 2023.º), local, Coimbra Editora, 1995, p. 338.

não completou uma formação profissional, especialmente se esta depende de habilitação de uma escola superior. É claro que, em tais casos, a supressão pura e simples da obrigação de os pais concorrerem para o sustento e educação dos filhos quando estes atingem a maioridade, frustraria os melhores propósitos da lei ao pôr a cargo dos progenitores essa mesma obrigação”<sup>58</sup>.

De facto, vaga ou não, o cerne da norma pretende abrir a possibilidade para os jovens caminharem em direcção ao seu futuro com algo a que se possam agarrar. Diria até que a norma possibilita e simultaneamente incentiva os jovens a progredirem e a continuarem os estudos, já que assim a dificuldade em continuar os estudos devido a dificuldades económicas se encontra de algum modo – e eventualmente – esbatida.

Saliente-se aqui o artigo 1885, CC que reforça o papel dos pais na promoção do desenvolvimento intelectual dos filhos. De facto, importa salientar as possibilidades que os pais estão a abrir para os seus filhos pelo simples facto de lhes estarem a facultar a continuação dos seus estudos.

A lei aplica-se a todos, mas infelizmente muitos são os filhos que gostariam de poder continuar a estudar e não podem por viverem dificuldades económicas que obstam à continuação ou conclusão dos estudos.

Assim, proponho-me de seguida a analisar autónoma e aprofundadamente cada um dos pontos acima referidos. Como já exposto, nesta análise referir-me-ei a considerações de variados autores que me parecem pertinentes e a considerações próprias e indicarei alguns acórdãos cujo conteúdo considero útil para enriquecer a análise de cada ponto e para ter uma ideia de quais são os critérios jurisprudenciais na interpretação e aplicação da norma a situações concretas.

## **i. A Maioridade.**

---

<sup>58</sup> BASTOS, Jacinto Fernandes Rodrigues, *Direito da Família – Segundo o Código Civil de 1966*, Volume V – artgs. 1874 a 1950, [s.l.], [s.n.], 1980, p. 18.

Em relação ao **ponto i)** importa atentar precisamente na obrigação de alimentos que se mantém em relação aos filhos, mesmo após a sua maioridade.

A obrigação de alimentos não suscita dúvidas em relação aos filhos menores, dado que estes naturalmente dependem do sustento e atenção dos pais para poderem sobreviver, pois não têm as condições económicas/profissionais necessárias para que possam garantir uma vida por si mesmos. E em relação aos filhos maiores? Faria sentido que a obrigação alimentar se extinguisse por força da maioridade dos filhos? Atingir os dezoito anos poderá significar, obrigatoriamente, ter capacidade económica e profissional para prover uma vida sozinho?

Sim, *eventualmente*, se o filho maior findar os seus estudos na escolaridade obrigatória – 12º ano<sup>59</sup> – e conseguir algum emprego que lhe permita sustentar-se cabalmente sem a ajuda dos pais.

Não, se o filho maior pretender continuar a sua formação profissional, nomeadamente seguindo os estudos académicos, visando a obtenção de uma qualificação superior. Aqui sim, se inicia um conjunto de despesas que são já dificilmente sustentáveis para a maioria dos pais, quanto mais não seriam para um jovem, que mesmo maior e mesmo tendo algum trabalho em que auferisse um rendimento razoável, teria de conseguir conciliar a assistência às aulas com o estudo necessário em casa e ainda com o trabalho; e conciliar de forma a que consiga ter uma prestação minimamente razoável em ambas as actividades<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Considere-se a Lei nº 85/2009, de 27 de Agosto, a qual estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar.

<sup>60</sup> Refere ANA LEAL, socorrendo-se do pensamento de Clara Sottomayor: “não só a menoridade, mas também a carência económica dos filhos após a maioridade e enquanto prosseguem os seus estudos – universitários ou formação técnico-profissional – fundamentam a obrigação de alimentos. Assim, dentro das suas possibilidades económicas, deverão os pais assegurar aos filhos esta formação profissional que exige, normalmente, um esforço e uma concentração dificilmente compatíveis com um emprego que lhes permita sustentarem-se a si próprios” – LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011, p. 47.

Mas, retrocedendo, ainda que o filho finde os seus estudos no 12º ano, o momento em si de atingir a maioridade implica, *tout court*, que a obrigação alimentar finde? Será um dado automático?

Neste cenário surgem basicamente duas possibilidades: por um lado, poderá entender-se que a obrigação de alimentos cessa automaticamente com o fim da menoridade dos filhos, pelo que para que os filhos obtenham os alimentos enquanto maiores necessitam de os exigir e de comprovar a verificação dos pressupostos do artigo 1880, CC; por outro lado, atingir a maioridade não implicará automaticamente a cessação do dever de prestar alimentos, pelo que a cessação da obrigação de alimentos tem de ser judicialmente requerida pelo obrigado a alimentos, com as respectivas invocação e prova de ocorrência de uma das causas de cessação, constantes no artigo 2013, CC.

Na minha óptica, **o fim da menoridade não tem a consequência imediata de cessação da obrigação de alimentos por parte dos pais**<sup>61 62</sup>. Entendo que assim seja

---

<sup>61</sup> Perfilhando este entendimento, atente-se no Acórdão da Relação de Guimarães, relatado por Paulo Duarte Barreto, processo nº 465-I/1998.G1, com os descritores Sentença Condenatória; Transacção; Homologação; Título Executivo; Processo de Regulação das Responsabilidades Parentais; Alimentos a Filhos Maiores, datado de 29 de Setembro de 2014, o qual se refere a esta situação de forma muito clara:

«Todavia, a justificação para o direito de alimentos fixado ao menor não reside tanto na sua menoridade ou na sua situação de incapacidade jurídica, mas antes na sua **carência económica, e à partida na sua inexistência de prover pelo seu próprio sustento (1879.º do CC), o que também se verifica no contexto do art. 1880.º do Cc.** (...) Existem, no entanto, quatro consistentes argumentos no sentido inequívoco de que a obrigação alimentar fixada aos filhos menores é a mesma que a do art. 1880.º para os filhos estudantes maiores, e por isso o título formado na menoridade a esta situação se estende. Em primeiro lugar, o art. 1880.º do CC utiliza a expressão "manter-se-á a obrigação", dando um sinal claro de que se a obrigação alimentícia foi fixada durante a menoridade mantém-se quando chega a maioridade. E se se mantém é porque não se exige uma nova fixação a pedido de quem dela beneficia (o filho) pela razão óbvia de que já se encontra fixada. Em segundo lugar, se a obrigação se mantém, a sua imposição judicial - e com força executiva - permanece. Pode, por isso, dizer-se que se presumem os respectivos pressupostos, cabendo ao obrigado promover a cessação, ilidindo essa presunção. Em terceiro lugar, as formas e normas processuais têm por princípio orientador a economia processual. Ora, havendo dúvida metodológica sobre qual a solução processual a adoptar, deverá escolher-se aquela que melhor, de forma mais célere, com menos custos e actos, leva à agilização do direito material. De resto, existe legitimidade activa por parte do filho e a obrigação a executar é indiscutivelmente uma obrigação legal. Em quarto

por um lado porque “o simples advento da maioridade não traz qualquer alteração às necessidades do alimentando, ou às possibilidades de o mesmo prover à sua subsistência; é cada vez mais comum o completamento da formação profissional ocorrer depois de se atingir a maioridade”<sup>63</sup>; e por outro, ponderando a realidade social que actualmente os jovens na idade de dezoito anos vivem – continuam os seus estudos ou tentam encontrar algum emprego ou até conciliam ambos, mas sem que sair da casa dos pais seja – frequentemente – sequer uma opção.

E mais, entendendo-se o contrário, o filho teria de propor acção de alimentos contra o seu pai/mãe em prol do prosseguimento da sua formação profissional, mas até

---

lugar, e no que é de todo essencial, a interpretação de que a obrigação fixada judicialmente, com o seu carácter executório, é a mesma e se mantém na maioridade é a que melhor de coaduna com as razões que estiveram na origem do próprio artigo 1880.º do Código Civil. **A supressão pura e simples da obrigação de os pais concorrerem para o sustento e educação dos filhos quando estes atingem a maioridade, frustraria os melhores propósitos da lei, beneficiando o progenitor faltoso, com um custo intolerável para o filho que, na maior parte dos casos, perde de forma definitiva a possibilidade de receber total ou parcialmente uma prestação alimentícia a que tinha direito e que era essencial para o término da sua formação. Inadmissivelmente....»** [negritos meus].

<sup>62</sup> Partilhando deste pensamento, invoco os seguintes acórdãos: **Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra**, relatado por Francisco Caetano, processo nº 223/06.9TMCBR-D.C1, com os descritores Alimentos; Maioridade; Incidente de alteração ou cessação, de 3 de Maio de 2011; **Acórdão da Relação de Coimbra**, relatado por Moreira do Carmo, processo 947/12.1T2OBR.C1, com os descritores Alimentos; Filho; Maioridade; Facto Notório, de 10 de Dezembro de 2013; **Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães**, com o relator Amílcar Andrade, processo nº 423/10.7TBBCL.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores, de 12 de Julho de 2011; **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa**, relatado por Teresa Pardal, processo nº 100/13.7TBAGH-6, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Requisitos, de 22 de Maio de 2014; **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto**, relatado por Sousa Lameira, processo 0456219, com os descritores Alimentos; Maioridade; Termo; Início; Dívida; Cessação; Prestação, de 6 de Dezembro de 2004; **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto**, relatado por Carlos Gil, processo nº 442-E/2000.P1, com os descritores Alimentos; Filho Maior; Cessação; Prestação de Alimentos; Oposição; de 9 de Setembro de 2013.

<sup>63</sup> Refere o Acórdão da Relação de Lisboa, relatado por Farinha Alves, processo nº 4806/06.9TBVFX-E.L1-2, com os descritores Alimentos Devidos a Menores; Alimentos a Filho Maior; Maioridade; Cessação, de 29 de Setembro de 2011.



que a questão fosse decidida, o filho estaria privado de quaisquer alimentos – precisamente o que a norma visa evitar.

De facto, mais do que a maioridade civil, importa que o jovem consiga atingir uma “maioridade económica”<sup>64</sup>, em que consiga sustentar-se a si mesmo.

E reforçando ainda mais esta ideia, importa atentar no artigo 2013, CC, o qual, enumerando as possíveis causas de cessação da obrigação alimentar, não estabelece a maioridade do alimentando como uma eventual causa<sup>65</sup>.

Reiterando ainda mais a relevância dos alimentos prestados aos filhos maiores perante o intuito de continuar a formação profissional, atente-se no direito de acesso ao ensino superior, subjacente ao artigo 76, CRP e na relação umbilical que existe entre este direito e a liberdade de escolha de profissão, constante no artigo 47 do mesmo diploma legal: “a qualificação académica universitária é hoje condição (prática e jurídica) de acesso a muitas profissões”<sup>66</sup>.

De facto, os pais ao estenderem os alimentos aos seus filhos após a maioridade em prol da sua formação profissional, não estão apenas a permitir-lhes a continuação da

---

<sup>64</sup> “Por otra parte, hay que partir de que el derecho a alimentos es extensivo a los mayores de edad y a los emancipados (art. 142 CC). Por alcanzar la mayoría, el hijo no pierde el derecho de alimentos, que continúa hasta que alcanza la posibilidad de proveer a sus necesidades, en que adquiere su “mayoría económica”, “no como una mera capacidad subjetiva de ejercer una profesión u oficio, sino como una posibilidad real y concreta en relación con las circunstancias concurrentes” – ZARRALUQUI, Luiz Sanchez-Eznarriaga, *Derecho de Familia y de La Persona – Efectos y medidas de la ruptura conyugal*, Volume 6, Barcelona, Bosch, 2007, pp. 230-232.

<sup>65</sup> Numa perspectiva diferente, entendimentos há que consideram que uma vez atingida a maioridade, o dever de os pais prestarem alimentos aos filhos cessaria, pois a justificação que lhe subjaz assentaria na necessidade do filho decorrente da sua menoridade e assim, sendo maior, o filho não precisaria já dos alimentos e como tal, tal circunstância seria passível de ser abrangida pela alínea b) do artigo 2013, CC – NETO, Abílio, *Código Civil Anotado*, 15ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, p. 1480. Como tenho vindo a defender veementemente, não posso concordar com tal entendimento.

<sup>66</sup> GOMES CANOTILHO, J. J. e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I – artigos 1º a 107º, 4ª edição revista; reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 913.

formação profissional<sup>67</sup>; estão sobretudo a abrir-lhes portas para conseguir o objectivo final do percurso escolar: exercerem uma profissão – com bases de qualidade – que os façam felizes.

E “Por conseguinte, a síntese que realmente exprime, com o necessário rigor, o verdadeiro pensamento do art. 1880º é a de que a obrigação prevista no artigo anterior (e não no número anterior, como por lapso se escreve no texto legal) se mantém excepcionalmente na situação prevista na disposição, apesar de o filho ter alcançado para todos os efeitos a sua plena capacidade de exercício de direitos”<sup>68</sup>.

## **ii. A razoabilidade.**

Quanto ao **ponto ii)**, está em causa a razoabilidade que deve subjazer aos alimentos providenciados pelos pais em razão da continuação da formação profissional.

De facto, cabe aos pais proporcionar aos seus filhos todos os meios que permitam garantir a sua sobrevivência e uma vida condigna e feliz, dentro das possibilidades e prioridades de cada família.

Mas até quando? Até quanto?

Defendi acima que entendo que o dever dos pais em contribuir economicamente para a vida dos filhos não termina com a chegada da maioridade; pelo contrário, entendo que tal dever deve manter-se depois da maioridade, desejando os filhos prosseguir os seus estudos. Mais não seja porque, de contrário, esse desejo seria gorado à partida, na grande maioria dos casos, já que – por norma – os filhos não têm rendimentos próprios suficientes para garantir a formação profissional ambicionada.

---

<sup>67</sup> Aproveito para mencionar que entendo que o início consumado da formação profissional não seja um requisito a incluir na letra do artigo 1880, CC: o artigo 1880 supõe que uma vez sendo maior, o filho não tenha ainda terminado a sua formação profissional, não exigindo assim que a mesma já tenha tido início.

<sup>68</sup> Como se pode ler no Acórdão da Relação de Lisboa, relatado por Anabela Calafate, processo nº 1741/09.2TMLS.L1-1, com os descritores Procedimentos Cautelares, Alimentos Provisórios, Alimentos a Filho Maior, Ónus da Prova, Processo de Jurisdição Voluntária, de 12 de Outubro de 2012.

E neste sentido considero muitíssimo relevante a seguinte referência que introduz as considerações vindouras: “O dever dos pais de prover ao sustento, saúde, segurança e educação dos filhos não cessa necessariamente com a chegada da maioridade, pois, se nesse momento o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação de prestar alimentos na medida em que seja razoável exigir dos pais o seu cumprimento e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete. (...) Esta cláusula de razoabilidade não está limitada à consideração das possibilidades económicas de quem presta e das necessidades de quem pede, devendo ser-lhe dado um alcance mais vasto, a que não pode ser estranha a ponderação do princípio de que pais e filhos se devem mutuamente respeito, auxílio e assistência. (...) Não é razoável exigir que um pai continue a prover ao sustento, saúde, segurança e educação de um filho de maioridade quando este não cumpre, em relação a ele, deveres de respeito, auxílio e assistência”<sup>69</sup>.

No fundo, entendo que para se aferir acerca da razoabilidade subjacente ao artigo em causa importa atender precisamente a este **princípio da assistência mútua**. E a assistência mútua entre pais e filhos reveste-se da maior importância: estabelece o artigo 1874, CC o dever que cabe aos pais de prover ao sustento dos filhos, sendo tal passível de ser consagrado como “um princípio natural, isto é, (...) uma obrigação de alimentos genérica, regulada nos artºs 2003 e ss. do C. Civ., que é válida para qualquer idade do filho e é recíproca, durando toda a vida do alimentado e do alimentante”<sup>70</sup>.

Neste cenário, senti necessidade de tentar compreender o que é passível de ser entendido como razoável, em conjugação com o princípio da assistência mútua: o que está na base desta razoabilidade?

Entendo então que o direito a alimentos dos maiores por parte dos seus pais está sujeito a uma cláusula de razoabilidade. Cláusula esta a ser aferida casuisticamente e que ramifico nas vertentes económica, universitária, social.

---

<sup>69</sup> NETO, Abílio, *Código Civil Anotado*, 15ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, p. 1443.

<sup>70</sup> LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011, p. 27.

Ora, analisando a razoabilidade do pedido de alimentos economicamente, a razoabilidade aqui referida significa que se visa que o pedido de alimentos deve ser sensato e justo, que serve por dizer que não deve ser pedida uma quantia abusiva ou excessiva, considerando os rendimentos e o trabalho dos pais.

E ainda que a ajuda que os pais proporcionem não seja suficiente para colmatar todas as despesas dos filhos, tal não pode servir como justificação para exigir mais e mais, até ao ponto de colocar em risco a própria vida condigna dos pais<sup>71 72</sup>.

Se os alimentos a serem prestados aos filhos pelos pais se destinam a garantir a dignidade da vida dos filhos, não é a vida dos pais menos digna ao ponto de poder ser comprometida – o princípio da dignidade da pessoa humana aplica-se a todos, pais e filhos.

Na vertente universitária, dentro da razoabilidade a apreciar interessa-me atender ao comportamento do filho enquanto estudante: importa que o filho seja um estudante aplicado e que se esforce para completar a sua formação profissional dentro do tempo que está geralmente definido para a mesma e que não se comporte – nem estude – de

---

<sup>71</sup> Refere-se a isto mesmo o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, relatado por Judite Pires, processo nº 2837/11.6TBVIS.C1, com os descritores Alimentos; Filho; Maioridade; Legitimidade Passiva; Litisconsórcio, de 20 de Junho de 2012: “Acerca do pressuposto das possibilidades do obrigado, determina a lei que “os alimentos serão proporcionais aos meios daquele que houver de prestá-los”: “isto significa, além do mais, que não podem ser fixados em montante desproporcionado aos meios de quem se obriga, mesmo que desse modo não seja possível eliminar completamente a situação de carência do alimentado. Por outro lado, na apreciação o juiz deve atender à parte disponível dos rendimentos normais, tendo em atenção as obrigações do devedor para com outras pessoas”.

<sup>72</sup> Cfr. também: **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça**, relatado por Garcia Calejo, processo nº 202-B/1991.C1.S1, com os descritores Alimentos Devidos a Menores; Direito a Alimentos; Obrigação de Alimentos; Pressupostos; Cessação, de 13 de Julho de 2010; **Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra**, relatado por Moreira do Carmo, processo 947/12.1T2OBR.C1, com os descritores Alimentos; Filho; Maioridade; Facto Notório, de 10 de Dezembro de 2013; **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa**, cujo relator é Nascimento Costa, processo nº 0033552, com os descritores Alimentos; Maioridade, de 28 de Junho de 1990 (no qual apenas o sumário se encontra disponível); **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa**, relatado por Vítor Amaral, processo nº 25088/12.8T2SNT.L1-6, com os descritores Impugnação da Matéria de Facto; Alimentos a Filho Maior, de 5 de Junho 2014.

forma leviana e preguiçosa ao ponto de não ir avançando nos estudos por sua própria indolência.

Excluindo as situações em que circunstâncias da vida podem dificultar ou impossibilitar a progressão normal de um estudo continuado e aplicado, um estudo leviano, preguiçoso ou indolente revela uma total desconsideração e insensibilidade para com os esforços que os pais realizam para permitir tal formação.

De facto, mesmo com um estudo desaplicado, as despesas fixas que se mantêm a cargo dos pais continuam – nomeadamente com propinas e alimentação e eventualmente, despesas de alojamento e transporte – e revelam-se infrutíferas dado o facto de o objectivo para que estão a ser realizadas não estar a ser conseguido.

Tudo o que subjaz à continuação da formação profissional implica um esforço por parte dos pais em providenciar esses alimentos, e como tal deve haver um esforço correspondente por parte do filho estudante em prosseguir na sua formação profissional com sucesso de modo a que ambos os esforços se compensem mutuamente. Desconsiderando aqui, claro, intempéries da vida que surgem e que dificultam ou impossibilitem a progressão normal do curso por circunstâncias não imputáveis e/ou incontroláveis ao filho<sup>73 74</sup>.

---

<sup>73</sup> Como se pode ler no Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Raquel Rego, processo 299-A/2002.G1, com os descritores Acção; Alimentos, de 5 de Fevereiro de 2009: “Relembrando-se que nos encontramos no âmbito da jurisdição voluntária e remetendo-se a lei para conceitos algo vagos como o da razoabilidade, deve o Tribunal ponderar especialmente o conflito de interesses gerados entre o direito à formação profissional do requerente de alimentos e a obrigação do respectivo progenitor, por forma a que não redunde nem na violação do direito, nem no seu exercício abusivo. Daí que o sucesso escolar seja a pedra de toque dessa razoabilidade, sem, no entanto, descurar que a vida sempre tem vicissitudes que podem ocasionar insucessos momentâneos que não resultam de indolência ou preguiça. Neste particular, é por todos sabido que, actualmente, o período académico correspondente ao fim do ensino secundário e ao ingresso no ensino superior tem-se mostrado especialmente conturbado para muitos jovens, mesmo para aqueles que, até ali, tinham tido percurso irrepreensível”.

<sup>74</sup> Sobre esta situação, atenda-se ao Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Emídio Costa, processo nº 0620302, com os descritores Alimentos; Maioridade, de 14 de Fevereiro de 2006.

Neste sentido, sou de opinião que não se afigura justo ser estabelecido um limite temporal aos alimentos a serem prestados e muito menos estabelecidos acordos que estabeleçam a reprovação de um ano ou numa disciplina como causa de cessação da prestação de alimentos.

E mais, atendendo agora ao artigo 2004, CC, referente à medida dos alimentos, entendo que a acrescer aos critérios que neste constam e no que se refere aos alimentos a filhos maiores, especificamente, importam o desempenho e o aproveitamento escolar do filho; e no caso de haver insucesso escolar por culpa do filho, designadamente devido a indolência sua, o pedido de alimentos pode mesmo chegar a corresponder a uma situação de abuso de direito<sup>75 76</sup>.

E por fim, socialmente<sup>77</sup> urge atender à relação entre pai e filho e aqui inclui-se rigorosamente o princípio da assistência mútua<sup>78</sup>, na medida em que não seria de forma

---

<sup>75</sup> Menciona o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Conceição Saavedra, processo nº 115/09.0TBMNC.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Violação Grave; Dever de Respeito, de 4 de Março de 2010: “a cláusula de razoabilidade inserta no preceito aponta para critérios de proporcionalidade estranhos aos constantes do art. 2004 do C.C., como sejam, por exemplo, o desempenho e aproveitamento escolar do filho”.

<sup>76</sup> Cfr. também neste sentido os seguintes acórdãos: **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça**, relatado por Fonseca Ramos, processo nº 08A493, com os descritores Alimentos; Filho Maior; Embargos de Executado; Prescrição; Título Executivo, de 8 de Abril de 2008; **Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães**, relatado por Amílcar Andrade, processo nº 423/10.7TBBCL.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores, de 12 de Julho de 2007; **Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães**, relatado por António Figueiredo de Almeida, processo nº 484/05.0TCGMR.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores, de 23 de Março de 2010; **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa**, relatado por Teresa Pardal, processo nº 100/13.7TBAGH-6, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Requisitos, de 22 de Maio de 2014; **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto**, relatado por Fonseca Ramos, processo nº 0551191, com os descritores Alimentos; Maioridade; Culpa Grave, de 4 de Abril de 2005.

<sup>77</sup> Cfr. neste Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, relatado por António Piçarra, processo nº 2886, com os descritores Maioridade; Alimentos; Ónus da Prova; Litigância de Má Fé, de 9 de Janeiro de 2001.

<sup>78</sup> A este refere-se JOÃO DE CASTRO MENDES: “Nos alimentos entre parentes destaca-se especialmente o dever recíproco de assistência entre pais e filhos (art.º 1874.º), (...) e, muito em

alguma razoável que um filho que desrespeite os seus pais, de alguma forma, lhe peça alimentos<sup>79 80</sup>.

Efectivamente, “« (...) Compreende-se, em termos éticos, que o pai que é maltratado ou ofendido pelo filho maior não seja obrigado a ter de contribuir para o sustentar, sob pena de se estar a premiar a ingratidão»<sup>81</sup>.

Mas o que pode ser entendido como falta de respeito? Não auxiliar os pais em algo? Não se disponibilizar para trabalhar também para ajudar nas despesas? Não falar aos pais? Entendendo-os como uma espécie de financiamento fácil, seguro e rápido?<sup>82</sup>

---

particular, o dever de os pais, no exercício do poder paternal, proverem ao sustento do filho (art.os 1878.º, n.º 1, e 1879.º) e de sustentarem o filho maior até ao termo da sua formação profissional (art.º 1980)” – MENDES, João de Castro, *Direito da Família*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 433.

<sup>79</sup> “Porém, isto não significa que o julgador não deva ponderar a inobservância dos deveres dos filhos para com os pais (*precisamente* os de auxílio, assistência, respeito e, durante a menoridade, o de obediência, em particular, o desrespeito de alguns dos referidos deveres do filho maior para com o progenitor obrigado). A *cláusula de razoabilidade* decorrente do art. 1880.º comporta a necessidade de uma ponderação deste jaez – sem prejuízo, embora, de o juiz relevar a eventual e natural imaturidade, irreflexão ou impulsividade do jovem *recém adulto*.” – REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 277-278.

<sup>80</sup> Perspectivando a situação de um outro prisma pode ler-se no **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa**, relatado por Maria de Deus Correia, processo nº 287/10.0TMPDL.L1-6, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Cessação; Progenitor; Dever de Respeito; Violação, de 8 de Março de 2012: “Cremos que melhor representa os sentimentos dominantes da nossa sociedade a ideia, que é a nossa, de que o amor incondicional dos pais pelos filhos exige que os primeiros lhes proporcionem os meios necessários para singrarem na vida, mesmo quando os filhos não têm o comportamento que deles é esperado”.

<sup>81</sup> Expõe o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Pereira Rodrigues, processo 1198/2005-6, com os descritores Alimentos, de 24 de Fevereiro de 2005.

<sup>82</sup> A este propósito referem-se os seguintes Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, designadamente: relatado por Oliveira Barros, processo 9250918, com os descritores Alimentos; Alimentos Devidos a Menores; Poder Paternal; Obrigação Alimentar; Cessação, de 18 de Fevereiro de 1993 (apenas o sumário se encontra disponível): “A obrigação alimentar pode cessar - artigo 2013, nº 1, alínea c) do Código Civil

Escreve JORGE DUARTE PINHEIRO em relação ao dever de assistência que se trata de “um dever estruturalmente patrimonial, que impõe prestações susceptíveis de avaliação pecuniária. Nele cabe a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir para os encargos da vida familiar”<sup>83</sup>.

De facto, este dever de assistência está inserido dentro dos comumente designados deveres paternofiliais, os quais consistem na circunstância de pais e filhos se deverem reciprocamente respeito, auxílio e assistência, nos termos do artigo 1874, nº 1, CC.<sup>84</sup>

---

se o credor violar gravemente os seus deveres para com o obrigado o que não acontece se apenas se provou um mau relacionamento entre filho e pai”; relatado por Amélia Ribeiro, processo 0151233, com os descritores Maioridade; Alimentos; Dever de Respeito; Violação, de 26 de Novembro de 2001: “Não cumprimentar o pai quando com ele se cruza na rua e não manter com ele qualquer contacto, não pode ser tido como indiferença associada a falta de respeito, dada a complexidade do mundo dos afectos e nada ter sido alegado e provado sobre a etiologia desse comportamento” e relatado por Maria Adelaide Domingos, processo 1967/10.6TJVN.F.P1, com os descritores Acção de Alimentos Filho Maior; Data em que São Devidos, de 24 de Outubro de 2011: “Não vemos qualquer sentido na alegação do apelante, já que temos como seguro que a cláusula de razoabilidade inerente à estipulação do artigo 1880.º do CC, não abrange a possibilidade do progenitor invocar desentendimentos, conflitos ou cortes de relações para se desonerar das suas obrigações. Mal seria, aliás, que o direito desse cobertura a pretextos dessa ordem, permitindo aos filhos ou aos pais, demitirem-se das suas obrigações”.

<sup>83</sup> DUARTE PINHEIRO, Jorge, *Direito da Família e das Sucessões – Direito da Filiação: Protecção de Crianças, Jovens e Idosos*, Volume II, Lisboa, AAFDL, 2006, p. 153.

<sup>84</sup> No acima mencionado Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Maria de Deus Correia, processo nº 287/10.0TMPDL.L1-6, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Cessação; Progenitor; Dever de Respeito; Violação, de 8 de Março de 2012, pode ler-se um voto de vencido que entende a situação de forma diversa da decisão do acórdão: “Seguir outro caminho, como se faz no Acórdão, é premiar o comportamento censurável da requerente, que apenas vê o pai como fonte de rendimento, como sujeito de deveres, desprezando ou ignorando outros valores, como o de respeito pela personalidade moral, a estima, a consideração, e a solidariedade familiar. Dito de outro modo, a requerente só se lembra que tem um pai por necessitar dos alimentos deste para poder completar a sua formação profissional. E porque assim é, não parece razoável exigir que um pai continue a prover ao sustento, saúde e educação



E também ANA LEAL, ao referir que “o nº 1 do citado artº 1874º do C. Civ. consagra um princípio natural, isto é, uma obrigação de alimentos genérica, regulada nos artºs 2003 e ss. do C. Civ., que é válida para qualquer idade do filho e é recíproca durante toda a vida do alimentado e do alimentante”<sup>85</sup>.

E ainda GRAÇA PIRES ao enunciar que “Os parentes se devem alimentos uns aos outros e o direito à prestação alimentícia é recíproca entre pais e filhos. (...) Quando se fala em alimentos, fala-se no direito de exigí-los e na obrigação de prestá-los, marcando, desse modo, o carácter assistencial do instituto”<sup>86</sup>.

No âmbito deste dever de respeito, questioneimei-me também se o filho, já maior, não prosseguir os estudos em tempo imediatamente posterior ao término do ensino secundário: será que pode posteriormente vir solicitar aos pais o pagamento de uma quantia para que possa então estudar?

Na minha opinião, a resposta terá de ser negativa. Entendo que não será razoável pedir ao pai que contribua com alimentos para o filho maior nesta situação particular, principalmente porque tal pedido pode ser considerado abusivo, considerando a idade e a situação do filho – para lá da maioridade não deve ser entendido como eternamente<sup>87</sup>.

---

de uma filha maior quando esta não cumpre, em relação a ele, os apontados deveres de respeito, auxílio e assistência»”.

<sup>85</sup> LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Almedina, Coimbra, 2012, p. 27.

<sup>86</sup> PIRES, Graça, *O Concubinato no Direito Brasileiro*, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1999, p. 84-85; e a título de curiosidade refere também Graça Pires, na mesma obra e páginas: “Em Roma chamavam-no *officium pietati*, idéia que aproxima a obrigação alimentar da noção de caridade. É óbvio, entretanto, que desde o instante em que o legislador deu acção ao alimentário para exigir socorro, surgiu para o alimentante uma obrigação de carácter estritamente jurídico e não apenas moral”.

<sup>87</sup> Abordando este tema, atente-se no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Dina Monteiro, processo 247/13.0TBCLD.L1-7, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Aproveitamento Escolar; Ónus da Prova, de 6 de Maio de 2014.

Igualmente relacionado com a análise do ponto ii), mas numa perspectiva de análise esquematicamente diferente, pode averiguar-se acerca da razoabilidade através de dois elementos<sup>88</sup>: objectivos – relacionados com as possibilidades económicas do estudante e rendimentos dos pais; e elementos subjectivos – relacionados com a personalidade e capacidades do estudante.

Na consideração de tais elementos a que importa atender na densificação da cláusula de razoabilidade inserida no artigo em causa, recorro a REMÉDIO MARQUES, o qual, dentro dos primeiros insere as “possibilidades económicas do jovem maior (rendimentos de bens próprios, rendimentos de trabalho)” e “os recursos dos progenitores”; por sua vez, dentro dos segundos inclui essencialmente “todas aquelas circunstâncias ligadas à pessoa deste credor (capacidade intelectual, aproveitamento escolar, capacidade para trabalhar durante a frequência escolar) que modelam e estão na génese do prolongamento desta obrigação”<sup>89</sup>.

Assim, nos pressupostos objectivos, importa averiguar acerca do património dos pais, de igual forma se faria em relação à obrigação geral de alimentos subjacente ao artigo 2003, CC, e estabelecer as quantias económicas consideradas necessárias para a satisfação das necessidades básicas, de modo a não se colocar em risco a própria sobrevivência do devedor de alimentos – o que se revelaria de todo contraproducente; e

---

<sup>88</sup> Averiguando a temática da razoabilidade deste modo, atente-se nos seguintes acórdãos estudados: **Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães**, relatado por Helena Melo, processo 37/10.1TMBRG.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Legitimidade Passiva; Requisitos Objectivos; Requisitos Subjectivos; Ónus da Prova, de 4 de Abril de 2013; **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa**, relatado por Maria da Luz Figueiredo, processo nº 7880/08.0TBALM.L1-2, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Litisconsórcio; Litisconsórcio Necessário; Legitimidade; Obrigação de Prestação de Alimentos, de 20 de Janeiro de 2011; **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa**, relatado por Pedro Martins, processo nº 1898/10.0TMLSB.L1-2, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Ónus da Prova, de 7 de Dezembro de 2011; **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto**, relatado por Pinto de Almeida, processo nº 0837762, com os descritores Maioridade; Alimentos; Critério Atendível, de 26 de Fevereiro de 2009.

<sup>89</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 266.

também se o filho maior tem possibilidades de fazer face às próprias despesas educacionais sem ter de recorrer aos alimentos em causa, como aponta o artigo 2004, n.º 2 ao alertar para a necessidade de se tomar em conta a possibilidade de o alimentando prover à sua subsistência.

E ainda relativamente à postura do filho maior, entendo que não seja exigível que este faça prova da sua capacidade de auto-sustento, na medida em que na generalidade dos casos a exigência dos cursos universitários ou o horário dos mesmos não permite compatibilizar a frequência das aulas ou o estudo exigido com a realização de um trabalho. E ainda mais nas situações em que o horário das aulas não é especificamente elaborado numa perspectiva pós-laboral<sup>90</sup>.

Porém, se for possível que o filho consiga conciliar um estudo assíduo com a realização de uma actividade profissional que lhe permita sustentar-se e que não conduza a um desgaste, psicológico e físico, do filho, entendo que não seria correcto o filho solicitar alimentos aos seus pais, por representar uma manifesta falta de respeito<sup>91</sup>.

E lembra REMÉDIO MARQUES: “Acresce que não deve ignorar-se a *duração* e a *dificuldade relativa* dos estudos que o filho maior pretende prosseguir ou concluir,

---

<sup>90</sup> Citando o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Cunha Barbosa, processo 0456762, com os descritores Alimentos; Maioridade; Requisitos; Nulidade Processual, de 10 de Janeiro de 2005: “De tais normativos, conjugados com o disposto no art.º 1880º do CCivil, haver-se-á de concluir que apenas se deve fixar alimentos a favor de filho maior e a cargo dos pais sempre que tal se revele de manifesta razoabilidade, ou seja, tais necessidades se revelem reais, isto é, o alimentando não tenha possibilidade efectiva de prover às mesmas através de rendimentos próprios, angariados pelo trabalho ou de que seja titular por qualquer outra razão, ou o desenvolvimento de qualquer actividade com vista a angariar tais proventos lhe não seja exigível por se encontrar a completar a sua formação profissional e, consequentemente, esta poder vir a ser comprometida com tal exigência”.

<sup>91</sup> Refere-se precisamente a este aspecto LEONARDO BERALDO: “Assim, se ficar provado que o filho, maior de idade, tem condições de trabalhar e de se sustentar, não é correto exigir-se do seu pai que continue arcando com seus gastos. Isso, além de ser um ónus dispensável para o ascendente, é estímulo ao ócio do filho.” - BERALDO, Leonardo de Faria, *Alimentos no Código Civil – Aspetos Atuais e Controvertidos com Enfoque na Jurisprudência*, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2012, pp. 54-55).

precisamente para o efeito de se saber se os recursos económicos dos progenitores, conquanto num juízo de prognose, são adequados às despesas vindouras”<sup>92</sup>.

Nos pressupostos subjectivos, entende REMÉDIO MARQUES que “a real possibilidade de trabalhar do filho maior não deve ser tomada em conta enquanto pressuposto e medida destes alimentos, se e quando possa comprometer o sucesso dos estudos (...). Na verdade, o ensino superior universitário e politécnico é, por via de regra, incompatível com o exercício de uma actividade assalariada (relação jurídica de trabalho dependente), mesmo a tempo parcial, com os actuais planos de estudo”<sup>93</sup>.

E ainda em relação a estes pressupostos directamente relacionados com a pessoa do filho, é forçoso atender “a título principal, às *capacidades intelectuais do filho*, sem esquecer a apreciação do *aproveitamento escolar*, no entretanto obtido”<sup>94</sup>.

Ora, quando às capacidades intelectuais “trata-se de detectar a *aptidão intelectual do jovem para prosseguir os estudos* que livremente elegera e não tanto apreciar o aproveitamento escolar passado”; e quanto à apreciação do aproveitamento escolar, refere REMÉDIO MARQUES que, na verdade, “o (mau) aproveitamento escolar anterior do filho pode, até, ficar a dever-se a circunstâncias a que não é alheio o próprio comportamento passado dos pais”<sup>95</sup> que possam ter contribuído de várias formas para a perturbação e frustração e consequente desconcentração dos filhos.

---

<sup>92</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 267.

<sup>93</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 273.

<sup>94</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 273.

<sup>95</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 273.

E continua o mesmo autor: “Posto que o financiamento dos estudos, por parte dos progenitores, não é direito absoluto dos filhos, o tribunal deve poder condicionar, no futuro, essas prestações a um certo escalão de dedicação, aproveitamento curricular ou assiduidade”<sup>96</sup>.

Dadas as vertentes que entendi serem importantes, penso que a cláusula de razoabilidade que deve subjazer à aplicação do artigo 1880, CC não pode ser analisada apenas numa perspectiva relacionada com a medida dos alimentos; a tal deve acrescentar-se o comportamento do filho enquanto estudante e, sobretudo, enquanto filho e analisar-se a situação à luz do princípio da assistência mútua<sup>97</sup>.

### iii. A duração.

Finalmente, no que concerne ao **ponto iii)**, urge analisar o que é passível de ser inserido na expressão “tempo normalmente requerido”<sup>98</sup>. Dirá tal tempo respeito à duração generalizada estabelecida para a finalização do curso em causa? Tal duração englobará eventuais percalços que possam surgir no decurso do curso ou será o tempo

---

<sup>96</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 274.

<sup>97</sup> Englobando o dever de assistência com o artigo 1880, CC, refere JORGE DUARTE PINHEIRO: “No âmbito da obrigação alimentar se inscreve o dever paternal de pagamento das despesas com o sustento, segurança, saúde e educação do filho maior ou emancipado que, sem culpa grave, não tenha completado a sua formação profissional” – DUARTE PINHEIRO, Jorge, *O Direito da Família Contemporâneo*, 3ª edição, Lisboa, AAFDL, 2012, p. 300.

<sup>98</sup> Refere o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Oliveira Barros, processo 9250918, com os descritores Alimentos; Alimentos Devidos a Menores; Poder Paternal; Obrigação Alimentar; Cessaçao, de 18 de Fevereiro de 1992 (apenas o sumário do mesmo se encontra disponível): “A normalidade tida em vista pelo artigo 1880 do Código Civil não é critério rígido, a aplicar em termos abstractos, antes avultam nele as circunstâncias particulares de cada caso”.

definido sem que ocorram contrariedades? E se o filho, por razões alheias a si, não conseguir terminar o seu curso no tempo que se encontra estabelecido para tal? Deverá tal situação corresponder a um fim automático dos alimentos? Independentemente do que haja sucedido?

Ora, quando o artigo se refere ao “tempo normalmente requerido”, considero que seja feita referência à duração geral que é estabelecida para cada curso. Duração esta que julgo ser estabelecida considerando as dificuldades inerentes ao curso e o tempo que será geralmente necessário para completar o mesmo.

A duração previamente estabelecida como normal para a finalização do curso será cumprida por muitos estudantes esforçados e aplicados; não obstante, a perda de um ano académico ou a não realização de alguma disciplina correspondente ao semestre em causa nem sempre significa ou advém de esmorecimento do aluno ou de culpa grave deste.

Isto é, eu creio que os estudantes devem ser responsáveis no seu percurso académico e devem acompanhar as exigências de estudo diariamente, de forma a que não se atrasem nos seus estudos; afinal já são maiores e devem comportar-se com a responsabilidade que tal acarreta<sup>99</sup>.

Porém, também julgo que a não conclusão do curso no tempo devido seja uma situação relativamente frequente na vida académica e pode mesmo dever-se à maior variedade de razões.

Assim, de modo a aferir se houve ou não culpa grave por parte do filho na não concretização da formação profissional, deve atender-se à conduta que o filho apresenta perante os seus estudos; mesmo que a conduta em causa não seja a mais adequada, não é qualquer conduta que justifica a cessação dos alimentos, uma vez estando verificados

---

<sup>99</sup> Segundo o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Helena Melo, processo 37/10.1TMBRG.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Legitimidade Passiva; Requisitos Objectivos; Requisitos Subjectivos; Ónus da Prova, de 4 de Abril de 2013: “Não haverá lugar à fixação de alimentos, se o requerente de alimentos tiver agido com culpa grave em não terminar a sua formação profissional, uma vez que a obrigação de alimentos só se mantém enquanto a não tiver terminado”.

os pressupostos referentes ao artigo: “só a culpa grave do filho maior faz afastar a obrigação parental de alimentos”<sup>100</sup>.

De facto, o direito a alimentos só será de cessar se a conduta que o filho apresente se configure como culpa grave<sup>101</sup>, devendo esta ser analisada à luz da razoabilidade de exigência de alimentos, considerando a situação do filho e dos pais.

Importa aqui referir a opinião de REMÉDIO MARQUES sobre esta temática: “O critério [de atribuição dos alimentos] está, segundo alguma doutrina, na imputação da não ultimação da formação profissional à *culpa grave do filho*. Creio, no entanto, que, *pelo alto*, o critério passará pela cláusula geral do *abuso de direito* e não tanto – ou não só – pela alegação e prova de um *comportamento gravemente censurável* ao credor de alimentos, seja a título de *dolo*, seja a título de *mera culpa*. Cláusula geral, esta, que se traduz no abuso do direito de peticionar alimentos (se, por exemplo, atendendo à natureza e ao padrão de dificuldade da formação escolar universitária ou politécnica, o filho demora três anos para obter aprovação em apenas duas ou três disciplinas, não sendo um *trabalhador-estudante*). Mas com o limite deste último grau do *contra lege*, o critério do art. 1880.º do CC não está tanto na in(existência) de *culpa grave* do filho, quanto, outrossim, na verificação de determinados *elementos objectivos e subjectivos* que densificam conceitos de razoabilidade e (in)exigibilidade nele presentes”<sup>102</sup>.

Ainda neste cenário, considero assim que é suposto os alimentos manterem-se até à conclusão da formação profissional e estando ciente que por norma os cursos têm uma duração geral definida para os mesmos, não considero justo tomar tal duração como um tempo fixo para a prestação de alimentos.

---

<sup>100</sup> Como estabelece o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Raquel Rego, processo 299-A/2002.G1, com os descritores Acção; Alimentos, de 5 de Fevereiro de 2009.

<sup>101</sup> “A obrigação de alimentos é uma delas [das responsabilidades parentais] e é de excluir naqueles casos em que, por culpa grave, o alimentado não tenha completado a sua formação” – LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011, p. 46.

<sup>102</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, pp. 261-262.

De facto, podem surgir várias circunstâncias alheias ao estudante que impossibilitem a finalização do curso no tempo pré-definido, necessitando assim o estudante de mais tempo do que o inicialmente previsto e ficar assim dependente de poder finalizar ou não a sua formação por falta dos alimentos necessários e tudo por uma questão de tempo e não por falta de necessidade. Sinteticamente, a normalidade não pode assim ser um critério rígido, sob pena de se criarem situações injustas para os filhos estudantes e que possam mesmo comprometer a sua formação e futuro profissionais.

Dito isto, entendo que não é íntegro estabelecer-se que a não transacção de um ano implica a cessação da prestação de alimentos nem estabelecer a manutenção das prestações pelo tempo de duração do curso. Na verdade, qualquer acordo que faça depender do pagamento de alimentos o aproveitamento escolar e/ou o tempo de duração de curso é incapaz de prever as mais variadas ocorrências que podem impossibilitar a realização do curso nos trâmites normais, sem haver culpa do aluno.

Acrescendo ainda que tal não seria justo pois pode mesmo equivaler a uma renúncia à prestação de alimentos, a qual é proibida por lei, segundo os artigos 208 e 2008, CC.

Além ainda de se estarem a acrescentar requisitos que a própria lei não prevê, extravasando assim a letra da lei.

No entanto, não posso desconsiderar situações em que o tempo normal para que a formação se complete é largamente estendido sem razão aparente e com tal extensão, são também estendidos os alimentos: não “basta ser aluno para se ser titular de um tal direito a alimentos, é preciso, obviamente, ser-se simultaneamente estudante”<sup>103</sup>. Também aqui depende precisamente da situação concreta de cada **estudante**<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> Como refere a certo ponto o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por António Figueiredo de Almeida, processo 484/05.0TCGMR.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores, de 23 de Março de 2010.

<sup>104</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, cujo relator é Bettencourt de Faria, com os descritores Processo de Jurisdição Voluntária; Alimentos; Recurso; Maioridade; Deficiente, de 7 de Dezembro de 2005: “O artº 1880º do C. Civil estabelece a obrigação dos progenitores continuarem a prestar alimentos a



Justamente quanto ao tempo normalmente requerido para que a formação profissional se complete, questiona REMÉDIO MARQUES se a duração daquele dever dos progenitores pode ultrapassar o tempo normalmente requerido para que a referida formação se complete, “se e quando a interrupção dos estudos for devida a causa de *fortuita*, de *força maior*, *inevitável*, *irresistível*, *irremovível* ou *alheia à vontade do filho*. Neste particular, circunstâncias há que, independentemente da vontade do credor, quebram a relação ou o nexó entre o dever de educação dos progenitores e o correspondente dever de o filho maior se esforçar, de modo sério e real, para concluir a sua formação profissional. Quer dizer, haverá casos (...) em que a interrupção dos estudos não é a causa de cessação daquele dever dos pais. Estou, por exemplo, a pensar na doença do filho, que, sendo crónica ou aguda, não impossibilite, de todo em todo, a continuação da instrução, ainda que num nível menos exigente; nas mudanças consecutivas de cursos, contando que justificadas; no serviço militar ou cívico obrigatório, etc”<sup>105</sup>.

Seja como for, é lógico que os alimentos não poderão ser prestados eternamente ou ilimitadamente, nem tal fará parte do propósito da lei<sup>106</sup>.

Por outras palavras, “essa obrigação de alimentos não pode ser indefinida, pois, como emerge claramente da lei (ut artº 1880º), o seu fim específico é permitir ao filho

---

filhos que tenham atingido a maioridade, se tal for necessário para completar a sua formação profissional. Doutrinal e jurisprudencialmente tem vindo a ser entendido que é exigível que, para que este direito possa vir a ser exercido, o filho seja diligente na realização dessa formação. Se há da sua parte culpa na falta ou no atraso da preparação profissional, manifesto é que não se justifica o prolongamento do auxílio familiar a quem, por já ser adulto, deve ser posto perante as suas responsabilidades”.

<sup>105</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, pp. 278-279.

<sup>106</sup> Atente-se nas palavras de JOHN VENTURA e MARY REED: “A parent’s child support obligation ends when a child becomes a legal adult (18 years of age in most states). However, depending on your state, that obligation can continue while your child is a full-time college student or is attending a trade school. But, diploma or no diploma, your responsibility to provide child support typically ends when the child reaches his or her early 20’s.” - VENTURA, John e REED, Mary, *Divorce for Dummies*, 2ª edição, Indianapolis – Indiana, Wiley Publishing, Inc., 2005, p. 194.

completar a sua “formação profissional”, o que significa, desde logo, que terminará quando esta formação terminar – terminus ad quem esse que não tem de corresponder ao período normal de duração do curso ou formação, antes pode ir mais além, impondo-se aqui alguma ponderação ou razoabilidade que passará, desde logo, pela saúde e capacidade do formando, dificuldades do próprio curso, etc., que, razoavelmente, permitam aceitar como normais eventuais “reprovações”<sup>107</sup>.

Mais, ainda dentro da formação profissional, considero da maior importância debruçar-me sobre a questão da continuação da mesma para lá da licenciatura – mestrados e doutoramentos<sup>108 109</sup>.

No que concerne aos mestrados e doutoramentos, a minha opinião divide-se em duas variantes.

---

<sup>107</sup> Nos dizeres do Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Fernando Baptista, processo nº 0630895, com os descritores Alimentos; Filiação; Maioridade, de 9 de Março de 2006.

<sup>108</sup> LUIS SÁNCHEZ-EZNABRIAGA aborda também esta problemática, dizendo que “Outro problema que se plantea con frecuencia es hasta qué nivel de la formación alcanza la obligación alimenticia. ¿Se termina el deber con la formación obligatoria o, por el contrario comprende la media o, incluso, la superior? Una vez más para contestar a esta pregunta ha de acudir al nivel socioeconómico de la familia. Si los padres u otros parientes próximos tienen estudios superiores y sobre todo, a las posibilidades de sufragar estos gastos, dependiendo de si se trata de centros privados o públicos, en el lugar de residencia o fuera de ella o aun lejos de España. No cabe duda de que también ha de ponderarse la calidad de estudiante del beneficiario y de su capacidad para tal educación. Los estudios universitarios o, incluso, los de postgrado, de los mayores de edad, pueden estar integrados en los alimentos cuando el alimentante tiene capacidad económica, en el orden familiar tales estudios son acostumbrados y el alimentista tiene condiciones y capacidades para desarrollarlos” - ZARRALUQUI, Luis Sánchez – Eznabriaga, *Derecho de Familia y de la Persona – Familia*, Volume III, Barcelona, Bosch, 2007 pp. 762-763.

<sup>109</sup> Sobre este tema, atente-se nos seguintes acórdãos: **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa** à continuação dos estudos para além da licenciatura, relatado por Teresa Pardal, processo nº 100/13.7TBAGH-6, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Requisitos, de 22 de Maio de 2014; **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto**, relatado por Maria Adelaide Domingos, processo 1967/10.6TJVN.F.P1, com os descritores Ação de Alimentos Filho Maior; Data em que São Devidos, de 24 de Outubro de 2011.

Por um lado, entendo que estes não deverão estar incluídos na continuação da formação profissional a que se refere o artigo em causa, se na situação particular do aluno a realização de mestrado ou doutoramento for apenas um complemento facultativo, em busca de mais sabedoria ou de melhor formação.

Considerando esta variante, a formação profissional a que o artigo 1880, CC se refere diz apenas respeito à licenciatura e uma vez concluída esta deverão os filhos procurar trabalho ou estágio remunerado e a partir daí suportar as suas despesas com a continuação da formação profissional, se assim o desejarem; sem excluir que também aqui sejam úteis quaisquer ajudas económicas provenientes dos pais, pois os mestrados e doutoramentos são frequentemente bastante dispendiosos.

Por outro lado, considero que a continuação da formação profissional pela via de mestrado ou doutoramento deve ser incluída na formação profissional a que o artigo 1880, CC alude se a completude de um dos dois for requisito para a realização futura de determinada actividade profissional que o estudante deseje realizar.

E aqui, a título de exemplo não poderia não mencionar a entrada na magistratura. De facto, faz parte dos requisitos para a entrada na mesma que o candidato seja titular do grau de licenciado em Direito; mas não só. Existem ainda requisitos adicionais relacionados com a habilitação académica ou com a experiência profissional.

É precisamente na vertente da habilitação académica que é exigido ao candidato que possua o grau de mestre ou doutor, ou respectivo equivalente legal<sup>110</sup>.

De qualquer forma, mestrados e doutoramentos à parte, se o aluno pretender e tiver a oportunidade de realizar um estágio que esteja inserido na sua área de estudos, entendo que tal pode ainda sustentar a continuação da atribuição de alimentos, na

---

<sup>110</sup> Informação retirada da página oficial do Centro de Estudos Jurídicos (CEJ), em <http://www.cej.mj.pt/> (<http://www.cej.mj.pt/cej/forma-ingresso/ing-formacao.php>), no separador “Formação”.

A título de curiosidade refere também a mesma secção que o requisito em causa é dispensado se o candidato for licenciado em Direito ao abrigo de organização de estudos anterior ao estabelecido pelo DL n.º 74/2006, de 24 de Março, ou equivalente legal.

medida em que grande parte dos estágios a realizar não são remunerados e os que o são, traduzem-se em quantias reduzidas<sup>111</sup>.

Por sua vez, sendo intuito do filho a procura de um emprego na sua área e sendo esta alcançada com sucesso, recorro de novo a REMÉDIO MARQUES: “ (...) penso que a obrigação *sub iudice* não deve durar até que o filho maior obtenha um emprego ou inicie o exercício de uma actividade profissional, por regra, compatível com a formação obtida já que o art. 1880.º faz supor que o custeamento das referidas despesas só é exigível até ao momento em que esse filho haja completado a sua formação profissional – e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação profissional se complete, diz a parte final do citado normativo. Isto é: não se condiciona a cessação do mencionado dever à superveniente obtenção de emprego, que, obviamente, tanto pode verificar-se durante o período de formação como depois. Vale isto dizer que a situação de desemprego do filho maior solteiro, subsequente à ultimate da formação profissional, não lhe dá o direito de exigir alimentos com o conteúdo previsto no art. 1879.º”<sup>112</sup>.

Concluindo, entendo que não deva ser fixado um prazo para a cessação da obrigação alimentar destinada aos filhos maiores, devendo esta cessar “quando as circunstâncias de facto se alterarem de modo a implicarem uma reapreciação da

---

<sup>111</sup> Aborda esta temática o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Pereira Rodrigues, processo 1198/2005-6, com os descritores Alimentos, de 24 de Fevereiro de 2005: “Assim, uma vez atingida a maioridade ou emancipação, o filho que se encontrava a auferir do seu progenitor uma pensão de alimentos, se estiver ainda a receber formação profissional, quer em continuidade de estudos, quer em exercício de praticante de profissão (tirocinante, estagiário, etc.) não remunerada e para início de carreira, pode exigir a manutenção dos alimentos até ao termo da formação em curso, posto que se mantenham os pressupostos que os legitimaram, designadamente quanto à necessidade da percepção das contribuições e à possibilidade da sua concessão e desde que tudo se afira por um critério de razoabilidade na exigência da prestação alimentar”.

<sup>112</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 278.

situação”<sup>113</sup>, pois não é possível prever com segurança até quando se mantém a necessidade de alimentos do filho.

## **1.2. Carência económica e prosseguimento dos estudos enquanto condição cumulativa – síntese; problemáticas.**

Apreciado o artigo 1880, CC nas variadas questões que podem surgir aquando da sua interpretação e aplicação, entendo que me cabe agora elaborar uma síntese relacionada com toda a análise previamente realizada.

Assim, sintetizando, o artigo 1880, CC possibilita então que a prestação de alimentos advinda dos pais não termine com o advento da maioridade; pelo contrário, prevê a continuação da prestação de alimentos em função do intuito dos filhos em continuar os seus estudos para além do ensino secundário, uma vez que, atingir a maioridade não significa atingir condições económicas favoráveis a uma vida auto-sustentável, muito menos com os custos subjacentes à ingressão no ensino superior.

Mais uma vez, recorro às sábias palavras de REMÉDIO MARQUES, segundo o qual a “obrigação de alimentos devidos ao menor não se extingue inelutavelmente com a *maioridade*. Aliás, a recíproca obrigação geral de alimentos que se devem ascendentes e descendentes só termina à data da morte, pois se destina à conservação da vida.

Não é dessa obrigação que me vou ocupar agora, mas antes da unilateral e específica obrigação alimentar que os pais têm para com os *filhos já maiores*, cujo escopo é a realização integral do dever de *educação* e *instrução*, preparando-os para a vida que cabe aqueloutros relativamente à pessoa dos filhos.

(...)

Dado que os pais são responsáveis, como se aludiu, pelo crescimento e desenvolvimento dos filhos, velando pela sua *educação* (art. 1878.º/1 do CC), bem se compreende que esta obrigação não deva extinguir-se, de modo abrupto, quando os

---

<sup>113</sup> Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Sousa Lameira, processo 0456219, com os descritores Alimentos, Maioridade, Termo, Início, Dívida; Cessação; Prestação, de 6 de Dezembro de 2004.

filhos completam 18 anos – para mais quando se deu o abaixamento da idade em que se atinge a maioridade e se alargou o período de escolaridade.

Ao invés deve prolongar-se para além do termo da menoridade, por forma a que o filho complete a sua *formação profissional* e desde que seja razoável exigir dos pais a continuação dessas despesas (art. 1800.º, *idem*).

Ao acolher uma tendência – por mor da qual, iniciada, após a escolaridade obrigatória, uma via de ensino tendente a propiciar ao menor o saber que, no futuro, o tornará um cidadão com as competências básicas para desenvolver uma determinada profissão, a maioridade não deve constituir circunstância impeditiva do [da] manutenção do auxílio financeiro dos progenitores – que implica a manutenção de uma prestação, que, até à maioridade ou emancipação, integrava o conteúdo de um poder-dever já extinto, o legislador do Código Civil fez-se eco de iguais constâncias já presentes noutras legislações e na doutrina estrangeira”<sup>114</sup>.

Assim sendo, demonstrados e explanados os pressupostos de aplicação do artigo 1880, CC, entendo que subsistem dois aspectos fulcrais que alicerçam a prestação de alimentos prevista no referido artigo: “o fundamento da obrigação de alimentos dos pais em relação aos filhos [maiores] é (...) a carência económica dos filhos depois de atingirem a maioridade e enquanto prosseguem os seus cursos universitários ou a sua formação técnico-profissional”<sup>115</sup>.

Assim, mais uma vez recorrendo a RITA LOBO XAVIER, o “Direito Civil da Família preocupa-se sobretudo com a situação alimentar dos filhos até à maioridade

---

<sup>114</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, pp. 258-259.

<sup>115</sup> SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício do Poder Paternal nos Casos de Divórcio*, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2005, p. 128.

civil”<sup>116</sup>; mas a verdade é que a obrigação alimentar é passível de continuar depois da maioridade civil e é precisamente aqui que importa o artigo 1880, CC.

Resumindo e finalizando em claras e poucas palavras os pressupostos cumulativos que subjazem e justificam que a obrigação alimentar se mantenha durante a maioridade em caso de “carência económica dos filhos após a maioridade e enquanto prosseguem os seus estudos”<sup>117</sup>, reporte-se que em concordância com o conteúdo do artigo 1880, CC “a obrigação da prestação de alimentos ao filho não se constitui unicamente pelo simples facto de não ter completado a formação profissional no momento em que atingiu a maioridade, deve também ter por base os restantes requisitos, nomeadamente a ausência de rendimentos do filho e obedecer sempre a um critério de razoabilidade”<sup>118</sup>.

No fundo, “por via de regra, os filhos não desfrutam da necessária capacidade económica para inaugurarem ou prosseguirem os cursos universitários ou técnico-profissionais.

De facto, as taxas de desemprego relativamente elevadas existentes no mundo ocidental (fundamentalmente nas camadas de jovens que procuram o primeiro emprego, o que tem gerado elevadas taxas de desemprego juvenil), conjugadas com o aumento da competitividade real no mundo laboral implicam a necessidade de uma melhor preparação e formação – mesmo daqueles que, pela primeira vez, pretendem aceder ao mercado de emprego.

---

<sup>116</sup> XAVIER, Rita Lobo, “Falta de Autonomia de Vida e Dependência Económica dos Jovens: Uma Carga para as Mães Separadas ou Divorciadas?”, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 6, Nº 12, 2009, p. 17.

<sup>117</sup> LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011, p. 47.

<sup>118</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, processo nº 1967/10.6TJVN.FP1, relatado por Maria Adelaide Domingos, com os descritores Acção de Alimentos Filho Maior; Data em que São Devidos, de 24 de Outubro de 2011.

Como a ajuda financeira do Estado (a fundo perdido ou mediante o esquema de contrato de mútuo) só beneficia os *estudantes economicamente carenciados*, a educação e instrução superior ou técnico-profissional dos jovens cujos progenitores (...) dispusessem de meios económicos suficientes ver-se-ia comprometida acaso inexistisse o referido dever legal específico constante do art. 1880.º do CC.

Surge, assim, uma espécie de bolsa de estudos alimentar, cujos titulares passivos são os progenitores, que não o Estado”<sup>119</sup>.

E aqui, embora não se relacione directamente com o que foi acabado de referir, ao falar em apoios estatais não poderia deixar de mencionar a inexistência de um instituto paralelo ao FGADM – Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores<sup>120</sup>: e por que não um Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a... Maiores?

Atente-se no artigo 74, nº 2, al. d), CRP ao referir que “Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística”; e em relação a este afirmam GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA estar em causa a “criação pelo Estado, através de uma adequada política social e escolar, de apoios e estímulos que permitam o acesso de pessoas sem condições económicas às formas superiores de ensino, de investigação e de cultura”<sup>121</sup>.

O Estado não se encontra assim imune face à circunstância da violação da obrigação de alimentos. Pelo contrário. Seja pela criminalização do incumprimento da obrigação de alimentos com severas consequências para o obrigado a alimentos, seja

---

<sup>119</sup> REMÉDIO MARQUES, J.P., *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores) «versus» o Dever de Assistência dos Pais para com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 258.

<sup>120</sup> Instituído pela Lei nº 75/98, de 19 de Novembro.

<sup>121</sup> GOMES CANOTILHO, J. J. e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I – artigos 1º a 107º, 4ª edição revista; reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 899.



pela substituição ao obrigado a alimentos através do Fundo – qualquer uma das formas com o intuito de lesar o menos possível o direito do alimentando<sup>122</sup>.

Assim seja. E, referindo-me ao FGADM em específico, sendo atingida a maioridade, este Fundo cessa as ajudas até então prestadas, mesmo que se mantenham todos os requisitos que fundamentam a intervenção do mesmo; de outro modo, estar-se-ia a afrontar desavergonhadamente a Lei nº 75/98, de 19 de Novembro – institui a Garantia dos Alimentos Devidos a Menores – e o Decreto-Lei nº 164/99, de 13 de Maio<sup>123</sup> - regula a Garantia de Alimentos Devidos a Menores prevista na Lei referida –, dado que os estes diplomas se referem à aplicação dos mesmos a menores e a própria nomenclatura do Fundo estabelece a quem se destina expressamente. Daqui se retira que não está prevista a sua aplicação a situações de maioridade.

E uma vez verificados os requisitos do artigo 1880, CC? Deverá a prestação de alimentos proveniente do Fundo manter-se para lá menoridade? Deverá haver uma *conjugação* entre o Fundo e o artigo 1800, CC?

À partida, posso dizer que a partir do momento em que o destinatário do Fundo se torna maior, já não se encontra preenchido um requisito essencial de aplicação do Fundo – o da menoridade.

O artigo 1880, CC acautela a insuficiência económica por parte dos pais face à formação profissional dos filhos, mas não tem amplitude suficiente para que, ainda verificados os seus requisitos, haja uma segunda oportunidade para estes filhos através

---

<sup>122</sup> “Se a solidariedade familiar *baseada na afectividade e na voluntariedade deve ser hegemónica na assistência e manutenção dos membros necessitados da família – aí, onde em caso de necessidade, tal obrigação natural volve-se em obrigação jurídica na veste de obrigação de alimentos (cujos deveres de prestar podem ser materializados com a prestação in natura de casa e companhia ou com o pagamento de prestações pecuniárias: art. 2005.º do CC) –*, a transformação do Estado liberal em Estado activo levou a comunidade política a assumir novas responsabilidades e prestações sociais” – REMÉDIO MARQUES, J. P., “O Nascimento e o *dies a quo* da exigibilidade do dever de prestar por parte do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores”, in *Cadernos de Direito Privado*, nº 34, Abril/Junho 2011, p. 26.

<sup>123</sup> Posteriormente alterado pela Lei nº 64/2012, de 20 de Dezembro.

do Fundo. Se os pais não conseguirem pagar, não há fundo que lhes *re-acautele* a continuação da formação profissional<sup>124</sup>.

E neste sentido, menciona REMÉDIO MARQUES abertamente que “o Fundo só garante os alimentos devidos a menores e não os alimentos educacionais previstos no art. 1880.º do CC”<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Precisamente sobre esta problemática não poderia ignorar o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, processo n.º JTRP00032769, relatado por António Gonçalves, com os descritores Alimentos Devidos a Menores; Obrigação Alimentar; Segurança Social; Maioridade; Emancipação; Cessação, de 26 de Novembro de 2001, na parte onde José António Pinto da Fonseca Ramos apresenta o seu Voto de Vencido: “(...) Mas não é pelo facto de o diploma sempre empregar a palavra “menor” que devemos tomar essa referência como o elemento interpretativo essencial, já que o intérprete não deve apegar-se ao sentido literal das palavras, mas antes tentar precisar o sentido da Lei e a vontade do legislador a partir de outros elementos, mormente, saber qual o fim visado pela norma – “a ratio legis” do preceito. Como vimos, na legislação portuguesa, a obrigatoriedade de os pais custearem os chamados alimentos educacionais é claramente excepcional, como resulta do art. 1880º do Código Civil; pois que a regra, é que cessam com a maioridade do menor. (...) Se a prestação do Fundo já existia antes, ela deve continuar abrangendo, agora os alimentos educacionais, desde que obtida a obrigatória autorização do Tribunal, sendo igual a paridade entre o dever paternal e o dever do Estado.

Afinal do que se trata é, apenas, de uma alteração de uma prestação que não deixa de Ter natureza “alimentar/garantística”.

Tal não significa que, à partida, o Tribunal deva, desde logo, colocar a cargo do Fundo a obrigação deste custear os alimentos educacionais; só chegada a maioridade a questão se porá, devendo o Fundo – que durante a menoridade vinha prestando os alimentos – solicitar ao Tribunal competente, autorização para cessar/alterar o pagamento da prestação alimentar, se o menor estiver na situação prevista no art. 1º da Lei 75/98, de 19.11, conjugada com o disposto art. 1880º do Código Civil.

O Fundo não pode, discricionariamente, quando o menor atingir a maioridade, cessar por sua iniciativa, de prestar os alimentos – que no caso do art. 1880º do Código Civil terão até outra dimensão económica -; devendo solicitar ao Tribunal competente decisão sobre o caminho a seguir; não sendo automática a suspensão da prestação co-envolvendo, agora, atingida a maioridade, outro tipo de assistência.”

<sup>125</sup> REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 229, nota de rodapé 321.

Na verdade, mau grado os filhos poderem carecer de alimentos para concluir a sua formação profissional, o legislador “entendeu que atenta a idade dos filhos que lhes permite começar a trabalhar e a prover ao seu sustento, já não se justificava a intervenção do Estado”<sup>126</sup> e daí a intervenção do Fundo cessar com a maioridade.

Destarte, dando o dito por não dito, não poderia ignorar a igualdade que é, não raras vezes, relegada à custa dos conceitos indeterminados da lei<sup>127</sup> e da ausência de instrumentos pensados para colmatar o incumprimento do direito a alimentos dos maiores.

A sobrevivência dos filhos encontra-se assim – tal como no início das suas vidas – nas mãos dos pais; serem pessoas autónomas e racionais e sequiosos de conhecimento não lhes garante a sua sobrevivência: **“Em tempos de crise, para muitos jovens adultos europeus, ser filho é a única garantia de sobrevivência”**<sup>128</sup> [negrito meu].

---

<sup>126</sup> GOMES DE MELO, Helena, RAPOSO, João Vasconcelos [et al.], *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, Lisboa, Quid Juris, 2009, p. 112.

<sup>127</sup> A título exemplificativo *desabafa* REMÉDIO MARQUES: a “(...) obrigação de alimento, cuja fixação – dependente embora de critérios legais bastante flexíveis (art. 2004.º do CC) – é efectuada caso a caso, com base em *conceitos indeterminados (necessidades/possibilidades)* usados, não raras vezes, com uma apreciável *folga de apreciação* por parte dos juízes” – REMÉDIO MARQUES, J. P., REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 211.

<sup>128</sup> VIDEIRA DA COSTA, Margarida, *Têm 30 anos e ainda recebem mesada dos pais*, de 15 de Fevereiro de 2015, disponível em: [www.sabado.pt/vida/familia/detalhe/filhos\\_de\\_30\\_anos\\_que\\_recebem\\_mesada.html](http://www.sabado.pt/vida/familia/detalhe/filhos_de_30_anos_que_recebem_mesada.html).

## CONCLUSÕES

- i. A obrigação de alimentos tem por base um dos pilares mais importantes a garantir na vida em sociedade: a sobrevivência de quem, por si só, não tem capacidades para a garantir. Trata-se de uma manifestação clara da solidariedade e interdependência que devem imperar nas relações humanas em geral e nas familiares, em especial.
- ii. Um dos aspectos em que a obrigação de alimentos se revela com maior incidência é precisamente aquela que tem como destinatários os filhos, surgindo como conteúdo das responsabilidades parentais.
- iii. As responsabilidades parentais *não cessam* com o advento da maioridade dos filhos e como tal nem por isso se fazem cessar automaticamente os alimentos a serem prestados, ainda que já estejam em causa filhos maiores.
- iv. O artigo 1880, CC dispõe justamente que, uma vez atingida a maioridade do filho e este ainda não tenha terminado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação de prestar alimentos, desde que tal se afigure como razoável em relação aos pais e considerando o tempo normalmente exigido para o término da educação superior almejada pelos filhos.
- v. Este artigo assume cada vez maior importância com a massificação do ensino superior, a extensão de alguns cursos e estágios e a necessidade de realização de estágios ou formações acrescidas, que vão retendo assim os filhos sob a guarda económica dos pais.
- vi. O regime do artigo em causa traduz-se numa regra especial que simultaneamente afasta a norma do artigo 1877, CC e estende a prestação de alimentos dos pais aos filhos para lá da maioridade – tudo em prol do bem-estar e do futuro dos filhos maiores.

- vii. A maioridade não poderá ser uma causa de cessação automática da obrigação do dever de sustento, mais não seja por não corresponder a uma das causas previstas no artigo 2013, CC.
- viii. Os filhos maiores, por via de regra, incapazes de bastar-se a si mesmos, encontram-se assim protegidos pelo artigo 1880, CC – não obstante a indeterminação dos conceitos que contém e que o caracterizam.
- ix. A situação prevista neste artigo implica assim alguma reflexão sobre o mesmo, de modo a promover-se uma sua aplicação mais clara.
- x. A obrigação de alimentos não cessa automaticamente com o advento da maioridade; para que esta ocorra deverá o obrigado a alimentos requerer ao Tribunal competente, comprovando um dos requisitos constantes no artigo 2013, CC.
- xi. Os alimentos a serem prestados ao abrigo do artigo 1880, CC devem estar sujeitos a uma análise casuística e serem determinados à luz do que seja razoável exigir aos pais, atendendo-se a critérios além das correspondentes necessidades do alimentando/possibilidades do obrigado a alimentos:
  - Comportamento do filho enquanto estudante: deve haver um esforço por parte do filho para obter aproveitamento escolar; a situação prevista neste artigo não se compatibiliza com falta de aproveitamento escolar, sem causas justificativas. As capacidades intelectuais dos filhos e a sua aptidão para prosseguir os estudos devem ser apreciadas face ao curso escolhido.
  - Relação do filho com os pais: deve atender-se ao princípio da assistência mútua que cabe tanto aos pais como aos filhos; a situação prevista neste artigo não se harmoniza com uma relação ausente ou desrespeitosa por parte dos filhos perante os seus pais.

- xii. A duração normal do curso escolhido deve ser considerada em conjugação com vários factores que não poder ser dissociados do ensino superior:
- A perda de um ano ou a reprovação de uma disciplina académicas não podem ser consideradas causas de cessação dos alimentos; muitos factores alheios ao estudante podem contribuir para tal, não sendo correcto prejudicá-lo por isso; não se devendo, por outro lado, desconsiderar situações em que haja culpa grave do filho e prestação de alimentos corresponda já a um abuso do direito a alimentos e a prejuízo, desta vez, para os pais.
  - A formação profissional deverá abranger a continuação dos estudos além da licenciatura, sempre que o título de mestre ou doutorado seja um requisito para o exercício da profissão pretendida.
  - A realização de um estágio no âmbito da formação profissional não implica necessariamente a perda dos alimentos, mesmo que o estágio seja remunerado.
- xiii. O artigo 1880, CC tem dois vectores de aplicação essenciais: a ausência de meios económicos suficientes para o auto-sustento por parte dos filhos e a vontade de prosseguir os seus estudos, após o ensino secundário, enveredando pelo ensino superior.
- xiv. À dissemelhança do que sucede com os filhos menores, caso os pais não tenham meios para concretizar o direito ao ensino dos filhos a partir do artigo 1880, CC, não há um instituto estadual que se substitua a eles, como sucede com o FGADM.
- xv. O artigo 1880, CC reveste-se da maior importância pelo que representa para os filhos maiores; todavia, peca pela imprecisão que o caracteriza, promovendo conflitos perante a sua aplicação, tão perigosos quanto injustos.

## **DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO**

Declaro por minha honra que o trabalho em causa é original e que todas as citações efectuadas estão devidamente referenciadas<sup>129</sup>.

---

<sup>129</sup> Nos termos do artigo 20-A do Regulamento do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

## BIBLIOGRAFIA<sup>130</sup>

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de, *Direito das Obrigações*, 12ª edição, Coimbra, Almedina, 2009.

BASTOS, Jacinto Fernandes Rodrigues, *Direito da Família – Segundo o Código Civil de 1966*, Volume V – artgs. 1874 a 1950, [s.l.], [s.n.], 1980.

*Boletim da Ordem dos Advogados*, nº 69/70, Agosto/Setembro 2010, secção Jurisprudência – “Tribunais divergem na atribuição de alimentos a filhos maiores”, p. 14.

BERALDO, Leonardo de Faria, *Alimentos no Código Civil – Aspectos Actuais e Controvertidos com Enfoque na Jurisprudência*, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2012.

CASTRO MENDES, João de, *Direito da Família*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1991.

CATALAN, Marcos, “A inadequação da alocação topológica dos alimentos na codificação civil brasileira” in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 9, nº 17-18 – Janeiro/Dezembro 2012.

DELGADO, Abel Pereira, *Do Divórcio e Da Separação Judicial de Pessoas e Bens*, Coimbra, Atlântida Editora, 1971.

---

<sup>130</sup> Todas as obras se encontram na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, salvo informação em contrário.



DUARTE PINHEIRO, Jorge, *Direito da Família e das Sucessões – Direito da Filiação: Protecção de Crianças, Jovens e Idosos*, Volume II, Lisboa, AAFDL, 2006.

DUARTE PINHEIRO, Jorge, *O Direito da Família Contemporâneo*, 3ª edição, Lisboa, AAFDL, 2012.

GALVÃO TELLES, Inocêncio, *Direito das Obrigações*, 7ª edição – reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

GOMES, Ana Sofia, *Responsabilidades Parentais*, Lisboa, Quid Juris, 2009.

GOMES DE MELO, Helena, RAPOSO, João Vasconcelos [et al.], *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, Lisboa, Quid Juris, 2009.

GOMES CANOTILHO, J. J. e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I – artigos 1º a 107º, 4ª edição revista; reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.

GUILHERME DE OLIVEIRA e PEREIRA COELHO, Francisco, *Curso de Direito da Família - Introdução, Direito Matrimonial*, Volume I, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

LEAL, Ana, *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Coimbra, Almedina, 2011.

MADALENO, Rolf, “Alimentos e a Sua Configuração Atual” in TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado e RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (coordenadores), *Manual de Direito das Famílias e das Sucessões*, Belo Horizonte, Del Rey; Mandamentos, 2008.

MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito das Obrigações - Programa 2010/2011 Aportamentos*, 3ª edição, Lisboa, AAFDL, 2011.

MENEZES LEITÃO, Luís Manuel de, *Direito das Obrigações*, Volume I – Introdução. Da Constituição das Obrigações., 11ª edição, Coimbra, Almedina, 2014.

MONDÉJAR, Mª Isabel Peña, “La obligación de Alimentos y Las Políticas de la Administración Española sobre la Protección de los Mayores y Dependientes” in *Revista Jurídica Universidad Autónoma de Madrid*, nº 14, 2006, pp. 127 e ss.

NETO, Abílio, *Código Civil Anotado*, 15ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.

PIRES, Graça, *O Concubinato no Direito Brasileiro*, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1999.

PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Volume I (Artigos 1.º a 761.º), 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987.

PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Volume V (Artigos 1796.º a 2023.º), local, Coimbra Editora, 1995.

RAMIÃO, Tomé d’Almeida, *O Divórcio e Questões Conexas – Regime Jurídico Atual*, 3ª edição, Lisboa, Quid Juris, 2011.

REMÉDIO MARQUES, J. P., *Algumas Notas sobre Alimentos (devidos a menores) «versus» o dever de assistência dos pais para com os filhos (em especial filhos menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

REMÉDIO MARQUES, J. P., “O Nascimento e o *dies a quo* da exigibilidade do dever de prestar por parte do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores”, in *Cadernos de Direito Privado*, nº 34, Abril/Junho 2011, pp. 20-36.

SANTOS, Eduardo dos, *Direito da Família*, Coimbra, Almedina, 1999.

SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício do Poder Paternal nos Casos de Divórcio*, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2005.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado, RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (coordenadores), *Manual de Direito das Famílias e das Sucessões*, Belo Horizonte, Del Rey, 2008.

VENTURA, John e REED, Mary, *Divorce for Dummies*, 2ª edição, Indianapolis – Indiana, Wiley Publishing, Inc., 2005 (consultado na biblioteca pública de Mason County, Maysville, Kentucky, EUA).

XAVIER, Rita Lobo, “Falta de Autonomia de Vida e Dependência Económica dos Jovens: Uma Carga para as Mães Separadas ou Divorciadas?”, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 6, Nº 12, 2009, pp. 15 e ss.

ZARRALUQUI, Luiz Sanchez-Eznarriaga, *Derecho de Familia y de La Persona*, Volume III, Barcelona, Bosch, 2007.

ZARRALUQUI, Luiz Sanchez-Eznarriaga, *Derecho de Familia y de La Persona – Efectos y medidas de la ruptura conyugal*, Volume VI, Barcelona, Bosch, 2007.

## **LEGISLAÇÃO CONSULTADA**

Constituição da República Portuguesa.

Código Civil.

Código Penal.

Código de Processo Penal.

Lei nº 75/98, de 19 de Novembro.

Lei nº 85/2009, de 27 de Agosto.

Decreto-Lei nº 496/77, de 25 de Novembro.

Decreto-Lei nº 164/99, de 13 de Maio, posteriormente alterado pela Lei nº 64/2012, de 20 de Dezembro.

## **FONTES COMPUTARIZADAS – INTERNET**

Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA)

<http://www.pordata.pt/Portugal/N%C3%BAmero+de+div%C3%B3rcios+por+100+casa+mentos->

[531;http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048](http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048) (consultados em 28 de Junho de 2015).

Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça – Consulta de Jurisprudência

[www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) (consulta frequente).

Centro de Estudos Jurídicos (CEJ)

<http://www.cej.mj.pt/> (<http://www.cej.mj.pt/cej/forma-ingresso/ing-formacao.php>)

(consultado em 4 de Abril de 2015).

VIDEIRA DA COSTA, Margarida, *Têm 30 anos e ainda recebem mesada dos pais*, de 15 de Fevereiro de 2015, disponível em: [www.sabado.pt/vida/familia/detalhe/filhos\\_de\\_30\\_anos\\_que\\_recebem\\_mesada.html](http://www.sabado.pt/vida/familia/detalhe/filhos_de_30_anos_que_recebem_mesada.html). (consultado em 16 de Fevereiro de 2015).

## LISTA DE JURISPRUDÊNCIA<sup>131</sup>

Ponto i)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, relatado por Francisco Caetano, processo nº 223/06.9TMCBR-D.C1, com os descritores Alimentos; Maioridade; Incidente de alteração ou cessação, de 3 de Maio de 2011.

---

<sup>131</sup> Indico apenas os acórdãos especificamente consultados e dos quais retirei ideias fundamentais à desenvoltura do tema e da interpretação do artigo 1880, CC, considerando cada um dos pontos em que esmiuicei o artigo (sem prejuízo de alguns acórdãos serem paralelos a mais de um ponto). Os acórdãos estão indicados por instâncias superiores e por ordem cronológica e encontram-se na página [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra defende o Acórdão, relatado por Moreira do Carmo, processo nº 947/12.1T2OBR.C1, com os descritores Alimentos; Filho; Maioridade; Facto Notório, de 10 de Dezembro de 2013.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, com o relator Amílcar Andrade, processo nº 423/10.7TBBCL.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores, de 12 de Julho de 2011.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães relatado por Paulo Duarte Barreto, processo nº 465-I/1998.G1, com os descritores Sentença Condenatória; Transacção; Homologação; Título Executivo; Processo de Regulação das Responsabilidades Parentais; Alimentos a Filhos Maiores, datado de 29 de Setembro de 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Farinha Alves, processo nº 4806/06.9TBVFX-E.L1-2, com os descritores Alimentos Devidos a Menores; Alimentos a Filho Maior; Maioridade; Cessação, de 29 de Setembro de 2011.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Anabela Calafate, processo nº 1741/09.2TMLSB.L1-1, com os descritores Procedimentos Cautelares, Alimentos Provisórios, Alimentos a Filho Maior, Ónus da Prova, Processo de Jurisdição Voluntária, de 12 de Outubro de 2012.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Teresa Pardal, processo nº 100/13.7TBAGH-6, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Requisitos, de 22 de Maio de 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Sousa Lameira, processo nº 0456219, com os descritores Alimentos, Maioridade, Termo, Início, Dívida; Cessação; Prestação, de 6 de Dezembro de 2004.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Carlos Gil, processo nº 442-E/2000.P1, com os descritores Alimentos, Filho Maior, Cessação, Prestação de Alimentos, Oposição, de 9 de Setembro de 2013.

Ponto ii)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, relatado por Fonseca Ramos, processo nº 08A493, com os descritores Alimentos; Filho Maior; Embargos de Executado; Prescrição; Título Executivo, de 8 de Abril de 2008.

Supremo Tribunal de Justiça, o Acórdão relatado por Garcia Calejo, processo nº 202-B/1991.C1.S1, com os descritores Alimentos Devidos a Menores; Direito a Alimentos; Obrigação de Alimentos; Pressupostos; Cessação, de 13 de Julho de 2010.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, relatado por António Piçarra, processo nº 2886, com os descritores Maioridade; Alimentos; Ónus da Prova; Litigância de Má Fé, de 9 de Janeiro de 2001.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, relatado por Judite Pires, processo nº 2837/11.6TBVIS.C1, com os descritores Alimentos; Filho; Maioridade; Legitimidade Passiva; Litisconsórcio, de 20 de Junho de 2012.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, relatado por Moreira do Carmo, processo nº 947/12.1T2OBR.C1, com os descritores Alimentos; Filho; Maioridade; Facto Notório, de 10 de Dezembro de 2013.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Amílcar Andrade, processo nº 423/10.7TBBCL.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores, de 12 de Julho de 2007.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Raquel Rego, processo nº 299-A/2002.G1, com os descritores Acção; Alimentos, de 5 de Fevereiro de 2009.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Conceição Saavedra, processo nº 115/09.0TBMNC.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Violação Grave; Dever de Respeito, de 4 de Março de 2010.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por António Figueiredo de Almeida, processo nº 484/05.0TCGMR.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores, de 23 de Março de 2010.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Helena Melo, processo nº 37/10.1TMBRG.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Legitimidade Passiva; Requisitos Objectivos; Requisitos Subjectivos; Ónus da Prova, de 4 de Abril de 2013.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Helena Melo, processo nº 483-B/2001.G1, com os descritores Alimentos A Filhos Maiores; Divórcio; Competência, de 20 de Fevereiro de 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Nascimento Costa, processo nº 0033552, com os descritores Alimentos; Maioridade, de 28 de Junho de 1990 (no qual apenas o sumário se encontra disponível).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Pereira Rodrigues, processo nº 1198/2005-6, com os descritores Alimentos, de 24 de Fevereiro de 2005.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Maria da Luz Figueiredo, processo nº 7880/08.0TBALM.L1-2, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Litisconsórcio; Litisconsórcio Necessário; Legitimidade; Obrigação de Prestação de Alimentos, de 20 de Janeiro de 2011.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Pedro Martins, processo nº 1898/10.0TMLSB.L1-2, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Ónus da Prova, de 7 de Dezembro de 2011.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Maria de Deus Correia, processo nº 287/10.0TMPDL.L1-6, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Cessação; Progenitor; Dever de Respeito; Violação, de 8 de Março de 2012.



Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Dina Monteiro, processo 247/13.0TBCLD.L1-7, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Aproveitamento Escolar; Ónus da Prova, de 6 de Maio de 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Teresa Pardal, processo nº 100/13.7TBAGH-6, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Requisitos, de 22 de Maio de 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Vítor Amaral, processo nº 25088/12.8T2SNT.L1-6, com os descritores Impugnação da Matéria de Facto; Alimentos a Filho Maior, de 5 de Junho 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Oliveira Barros, processo nº 9250918, com os descritores Alimentos; Alimentos Devidos a Menores; Poder Paternal; Obrigação Alimentar; Cessação, de 18 de Fevereiro de 1993 (apenas o sumário se encontra disponível).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado Amélia Ribeiro, processo nº 0151233, com os descritores Maioridade; Alimentos; Dever de Respeito; Violação, de 26 de Novembro de 2001.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Cunha Barbosa, processo nº 0456762, com os descritores Alimentos; Maioridade; Requisitos; Nulidade Processual, de 10 de Janeiro de 2005.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Fonseca Ramos, processo nº 0551191, com os descritores Alimentos; Maioridade; Culpa Grave, de 4 de Abril de 2005.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto o Acórdão relatado por Emídio Costa, processo nº 0620302, com os descritores Alimentos; Maioridade, de 14 de Fevereiro de 2006.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Fernando Baptista, processo nº 0630895, com os descritores Alimentos; Filiação; Maioridade, de 9 de Março de 2006.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Pinto de Almeida, processo nº 0837762, com os descritores Maioridade; Alimentos; Critério Atendível, de 26 de Fevereiro de 2009.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Maria Adelaide Domingos, processo nº 1967/10.6TJVN.F.P1, com os descritores Acção de Alimentos Filho Maior; Data em que São Devidos, de 24 de Outubro de 2011.

Ponto iii)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, relatado por Bettencourt de Faria, processo nº 05B3336, com os descritores Processo de Jurisdição Voluntária; Alimentos; Recurso; Maioridade; Deficiente, de 7 de Dezembro de 2005.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, relatado por Fonseca Ramos, processo nº 08A493, com os descritores Alimentos; Filho Maior; Embargos de Executado; Prescrição; Título Executivo, de 8 de Abril de 2008.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Raquel Rego, processo nº 299-A/2002.G1, com os descritores Acção; Alimentos, de 5 de Fevereiro de 2009.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, relatado por Helena Melo, processo nº 37/10.1TMBRG.G1, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Legitimidade Passiva; Requisitos Objectivos; Requisitos Subjectivos; Ónus da Prova, de 4 de Abril de 2013.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Pereira Rodrigues, processo nº 1198/2005-6, com os descritores Alimentos, de 24 de Fevereiro de 2005.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, relatado por Dina Monteiro, processo nº 247/13.0TBCLD.L1-7, com os descritores Alimentos a Filho Maior; Aproveitamento Escolar; Ónus da Prova, de 6 de Maio de 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa à continuação dos estudos para além da licenciatura, relatado por Teresa Pardal, processo nº 100/13.7TBAGH-6, com os descritores Alimentos a Filhos Maiores; Requisitos, de 22 de Maio de 2014.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Oliveira Barros, processo nº 9250918, com os descritores Alimentos; Alimentos Devidos a Menores; Poder Paternal; Obrigação Alimentar; Cessação, de 18 de Fevereiro de 1992 (apenas o sumário do mesmo se encontra disponível).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Maria Adelaide Domingos, processo nº 1967/10.6TJVN.F.P1, com os descritores Acção de Alimentos Filho Maior; Data em que São Devidos, de 24 de Outubro de 2011.

---

Liliane Sousa Rafael

Santarém, 1 de Julho de 2015